



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, COMÉRCIO E ECONOMIA AZUL

**RELATÓRIO ANUAL DE
GESTÃO E SEGUIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA
EXERCÍCIO 2017**

Ministro das Finanças Comércio e Economia Azul
Américo de Oliveira Ramos

Directora do Tesouro
Ana Maria da Conceição Silveira

Departamento das Operações Financeiras
Justino Nobre da Mota

Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida
Maria dos Santos Lima da Costa Tebús Torres
Anisa Afonso-TÉCNICO F.S.3ª CLASSE
Aléris Mendes - TÉCNICO F.S 3ª CLASSE -
Marcio do Nascimento - TÉCNICO F.S. 3ª CLASSE -

Maio 2018

DIREÇÃO DO TESOURO
GABINETE DE GESTÃO E SEGUIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

RELATÓRIO ANUAL
DE GESTÃO E SEGUIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA
ANO 2017

Maio, 2018

Índice

I. INTRODUÇÃO	6
II. REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E ACTIVIDADES REALIZADAS	8
II. a. Missões de Avaliação e de Assistência Técnica para Reforço das Capacidades	8
II.b. Outras Ações Realizadas no Quadro do Reforço das Capacidades - --- Renegociação da Dívida	11
III. COMPORTAMENTO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS DURANTE O ANO DE 2017 E PERSPECTIVAS PARA 2018	12
III.a. Economia Internacional	12
III.a.1. Perspectivas Internacionais para 2018	13
III.b. Economia Nacional	13
III.b.1. Inflação	14
III.b.2. Finanças Públicas	15
III.b.3. Sector Externo	16
III.b.4. Sector Real	17
III.b.4.1. Exportação	17
III.b.4.2. PIB	18
III.b.4.3. Riscos Macroeconómicos	19
IV. STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA	19
IV.1. Análise de Carteira e Perfil da Dívida Pública Durante o ano 2017 e sua Evolução a partir de 2010, por Fontes de Financiamentos	22
IV.1.a. Credores Multilaterais e Credores Bilaterais	22
IV.1.b. Análise da Carteira da Dívida Pública por Tipo de Moedas	24
IV.1.c. Composição e Perfil da Carteira da Dívida Pública	25
IV.1.d. Principais Indicadores de Custo e Riscos	26
V. GESTÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA	28
V.1. Evolução do Serviço da Dívida	30
V.2. Sustentabilidade da Dívida	31
VI. DESEMBOLSOS	32
VI.1. Evolução dos Desembolsos	34
VII. FUNDO HIPC	35
VIII. DÍVIDA PÚBLICA INTERNA	35
IX. NOVAS CONTRATAÇÕES	37

X- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	37
ANEXOS	38
ANEXO II – Composição da Dívida por Fontes de Financiamentos, incluindo Conta HIPC (2006 – 2017)	40
ANEXO III – Estrutura da Dívida Pública	40
ANEXO IV – Serviço da Dívida Pública Programado e Realizado Mensal e Trimestral em 2017	41
ANEXO V - Resumo por Credores em 2017	41
ANEXO VI – Serviço da Dívida Realizado Mensal, Trimestral e por Credores	42
ANEXO VII - Evolução do Serviço da Dívida período 2009 - 2017	43
ANEXO VIII – Evolução do Serviço da Dívida em Dobras	43
ANEXO IX – Desembolsos por Credores e por Projectos em 2017	44
ANEXO X - Desembolso por Credores em 2017	45
ANEXO XI - Evolução dos Desembolsos (2006 – 2017)	45
ANEXO XII - Novas Contratações de 2007 à 2017 após ponto de conclusão	46
ANEXO XIII - Perfil da Dívida e Saldos por Credores em USD	47

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS REGISTADOS NO PERÍODO DE 2010 À 2017	14
QUADRO 2: EVOLUÇÃO DO RÁCIO DO STOCK DA DÍVIDA EM RELAÇÃO AOS PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS - 2010 À 2017	20
QUADRO 3: COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA POR FONTES DE FINANCIAMENTO EM USD - 2010 À 2017	22
QUADRO 4: COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA POR FONTES DE CREDITORES EM % (2010 À 2017)	22
QUADRO 5: PERFIL DA CARTEIRA DA DÍVIDA PÚBLICA E O SALDO POR CREDITORES	25
QUADRO 6: AVALIAÇÃO DE CUSTOS E RISCOS DA DÍVIDA PÚBLICA	27
QUADRO 7: SERVIÇO DA DÍVIDA PROGRAMADA REALIZADA MENSALMENTE E POR CREDITORES (EM USD)	29
QUADRO 8: RESUMO DE SERVIÇO DA DÍVIDA PROGRAMADA E REALIZADA POR CREDITORES EM 2017	29
QUADRO 9: EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA ATÉ 2017 (EM USD)	30
QUADRO 10: RÁCIO DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA - EVOLUÇÃO 2010 À 2017	31
QUADRO 11: DESEMBOLSOS POR TRIMESTRES (EM USD)	32

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: TRAJECTÓRIA DE INFLAÇÃO A PARTIR DE 2012 À 2017	14
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO DÉFICE PRIMÁRIO DE 2010 À 2017	16
GRÁFICO 3: POSIÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS NOS ÚLTIMOS ANOS	17
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	18
GRÁFICO 5: COMPORTAMENTO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	18
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DO STOCK TOTAL DA DÍVIDA - 2010 À 2017	20
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DA DÍVIDA POR CREDITORES	21
GRÁFICO 8: ESTRUTURA DA DÍVIDA PÚBLICA EM PERCENTAGEM - 2006 (ANO BASE)	23
GRÁFICO 9: ESTRUTURA DA DÍVIDA PÚBLICA EM PERCENTAGEM (%) – 2010	23
GRÁFICO 10: ESTRUTURA DA DÍVIDA PÚBLICA EM PERCENTAGEM (%) – 2017	23
GRÁFICO 11: COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DA DÍVIDA POR MOEDA	24
GRÁFICO 12: EVOLUÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA - 2017 À 2059 (EM MUSD)	27
GRÁFICO 13: EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE 2010 À 2017	30
GRÁFICO 14: EVOLUÇÃO DO RÁCIO DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA	31
GRÁFICO 15: DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMBOLSOS POR DIFERENTES CREDITORES DURANTE 2017 EM PERCENTAGEM (%)	33
GRÁFICO 16: COMPORTAMENTO DOS DESEMBOLSOS POR CREDITORES DURANTE OS TRIMESTRES DE 2016 (EM USD)	33
GRÁFICO 17: EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS DURANTE DE 2010 À 2017 (EM USD)	34
GRÁFICO 18: EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS POR CREDITORES	34
GRÁFICO 19: EVOLUÇÃO DO DEPOSITO HIPC EM TERMOS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA EM USD (2010 - 2017)	35

ACRÓNIMOS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe para Desenvolvimento Económico em África
BEI	Banco Europeu de Investimento
BT's	Bilhetes do Tesouro
EUR	Moeda da União Europeia
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Países Pobres Altamente Endividados (Highly Indebted Poor Countries)
IDA	Associação para o Desenvolvimento Internacional
MFCEA	Ministério das Finanças, Comercio e Economia Azul
MTDS	Estratégia de Gestão da Dívida Pública de Médio Prazo
OT's	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto Interno Bruto

I. INTRODUÇÃO

Conforme emanado na Lei nº 1/2013 (*Lei-Quadro da Dívida Pública*), foi atribuído ao Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, adiante designado, Gabinete da Dívida, a responsabilidade para elaborar os relatórios sobre a gestão, execução e seguimento do serviço da dívida pública, sendo essa uma das principais tarefas dentre outras definidas pela mesma lei e o diploma que o criou.

No cumprimento dessa atribuição, o Gabinete da Dívida, produz anualmente dois boletins trimestrais, um relatório semestral e este presente documento, designado de relatório anual da dívida pública (RADP) que tem por finalidade, apresentar os resultados e os principais avanços institucionais sobre a gestão da dívida pública ao longo do ano neste caso durante o período de 2017, tendo como referência a estratégia, o plano e a política de endividamento público, traçado pelo governo. É um documento de comunicação e de prestação de contas entre o Ministério das Finanças e demais instituições, incluindo a sociedade em geral e os parceiros de desenvolvimento do país. Para além de impulsionar a transparência em matéria de gestão da dívida como uma das principais componentes de fundos públicos, permite consulta de qualquer indivíduo que queira informar-se sobre os processos decorrentes do endividamento público. O relatório faz igualmente menção a alguns aspectos macroeconómicos, desenvolvimento da economia nacional e o seu enquadramento com a economia externa.

O primeiro capítulo do documento que é a introdução, faz uma abordagem geral sobre o contexto e aspectos jurídicos institucionais da gestão da dívida durante o período em análise ou seja em 2017. O segundo capítulo, relata as actividades realizadas no âmbito das reformas para profissionalização de Gestão da Dívida Pública, durante o período, face o plano de ação aprovado e executado no decorrer do mesmo. O terceiro capítulo faz uma breve abordagem sobre a situação económica, estabilidade macroeconómica, evolução da inflação, em suma o comportamento dos principais indicadores macroeconómicos.

O quarto capítulo e os capítulos subsequentes abordam os problemas relacionados com a dívida pública, que é o objecto deste relatório, o comportamento do stock, a evolução do endividamento público do País em termos de créditos contraídos, análise da carteira por fontes de financiamento por moedas de contratação e de pagamento, bem como, o pagamento do serviço da dívida, assim como, desembolsos da carteira da dívida pública durante o período em análise, comportamento dos principais indicadores da dívida, tendo em conta os custos e riscos do endividamento público, etc.

Por fim o relatório contém anexos referentes às estatísticas da dívida pública, oferece informações sobre as principais áreas de actuação, os mecanismos de gestão e seguimento da dívida pública, nomeadamente, os procedimentos e o seu enquadramento na lei e regulamento em vigor, sobre a gestão da dívida pública, a evolução e perspectivas das actividades económicas, face ao nível de endividamento e a capacidade do País em honrar os compromissos inerentes, assim como, outras actividades que foram programadas e realizadas pelo Ministério das Finanças através do Gabinete da Dívida no âmbito do cumprimento dos deveres que lhe foram atribuídos.

Portando, este relatório apresenta cerca de 10 capítulos e toma como ponto de partida os boletins trimestrais e o relatório semestral sobre a gestão da Dívida Pública, a avaliação até Setembro de 2017 e os três últimos meses do ano, cujo conteúdo é elaborado e publicado no site do Ministério das Finanças no portal da Direção do Tesouro.

Importa, no entanto, realçar que, de Setembro a Dezembro do mesmo ano, para além dos pagamentos dos serviços da dívida como tal, registou-se algumas acções importantes com impacto na gestão da dívida pública, o que será descrito adiante.

O relatório faz igualmente a alusão aos rácios de sustentabilidade (solvabilidade, liquidez) incluindo o cálculo dos custos e riscos da dívida pública, bem como a evolução do stock e sua relação face aos outros indicadores macroeconómicos. Portanto, com a publicação deste relatório, o Ministério responsável pelas áreas das Finanças, estará a prestar contas a nação sobre o estado de gestão da dívida pública.

II. REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E ACTIVIDADES REALIZADAS

A reforma para a profissionalização da gestão da dívida pública continua sendo um processo contínuo face aos desafios relacionado com a institucionalização do Gabinete da Dívida que tem como compromisso fazer melhor no cumprimento da sua função única que é o seguimento de todos os processos relacionados com a mobilização, contratação e gestão da dívida pública, em coordenação com a Direção do Tesouro, e outras instituições sobretudo aquelas beneficiárias dos empréstimos, neste caso os Gabinetes de gestão dos projetos e os *Front Offices*.

O objetivo da reforma para a profissionalização da gestão da dívida pública, visa um maior aperfeiçoamento de todo o processo inerente a gestão da dívida pública como um dos principais instrumentos de financiamento, maior dinâmica na relação com os credores relativamente ao cumprimento das obrigações contratuais decorrentes da amortização dos serviços da dívida, maior transparência na utilização dos seus produtos, maior controlo e seguimento dos empréstimos contraídos, tudo isso sustentado por regras pré-estabelecidas na Lei 1/2013 (*Lei-Quadro da Dívida Pública*), baseado na melhor prática de gestão da dívida pública em consonância com as praticas internacionalmente aceites.

II. a. Missões de Avaliação e de Assistência Técnica para Reforço das Capacidades

Durante 2017 o Gabinete recebeu várias missões de avaliação onde analisou com os diferentes parceiros económicos e financeiros de S. Tomé e Príncipe as diversas questões relacionadas com a dívida pública incluindo formações e *train in job*.

Assim em 22 de Fevereiro de 2017 recebeu -se a missão da União Europeia chefiada pelo senhor Alan Joaris, Chefe da delegação da União Europeia, responsável pelo Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e a CEEAC, acompanhado pela economista Vanessa de Sampaio e Melo, responsável do programa na secção económica comércio e sector social na mesma delegação, no quadro de apoio orçamental da União Europeia, que tinham como missão avaliar a implementação das recomendações

relativamente a elaboração e publicação dos relatórios trimestrais , semestrais e anuais sobre a gestão e seguimento da dívida publica e sugerir recomendações .

Em 9 de Março de 2017 uma missão do banco mundial chefiada pelo Dr. Rafael, economista do banco mundial e acompanhada pelos senhores Drs. Roberto Pauzavidi, especialista em gestão do sector publico, Melanie Trost Zagatti, economista em macroeconomia e gestão global e prática fiscal, no quadro de uma missão para São Tomé e Príncipe, visitou o Gabinete da Dívida para fazer o ponto de situação do relatório do DEMPA que na altura ainda estava na fase de tradução na língua inglesa para Português e conjuntamente acordar um plano de acções para atender as recomendações contidas no referido relatório quanto as fraquezas ainda existentes na gestão da dívida publica e traçar um plano de formações para reforçar as capacidades do país nesta matéria.

Em 24 de março de 2017 recebemos a missão do FMI representada pela Dr.^a Luísa Antoun d’Almeida, responsável pela dívida externa no departamento do sector externo do FMI, que tinha como missão analisar conjuntamente o nível da dívida publica santomense e a necessidade de consolidar todas as dividas do país, evitar a acumulação dos atrasados, situação dos desembolsos e novas contratações e projeções da dívida para 2018.

Nesta missão a mesma recomendou a necessidade de se continuar com a política de concecionalidade da dívida. Em 08 de Junho de 2017 recebemos uma missão do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD, na pessoa de Dr. Emílio Aniceto Fernandes Dava, que tinha como objectivo recolher informações sobre as principais pressões, no quadro de programação de novo plano estratégico para os próximos 3 anos. Nesta missão analisou-se as possibilidades de S. Tomé e Príncipe vir a ser reclassificado como um país de rendimento médio em função do PIB *per capita* e com essa nova reclassificação não poder ter acesso aos donativos com implicação de que os créditos a contrair ser de taxa de juros de mercado, quando o nível de dívida em função de outros indicadores económicos acusa uma necessidade da continuidade da concecionalidade da dívida. Algumas questões relacionadas com os fatores determinantes da dívida em S. Tomé e Príncipe, como fontes de financiamento, montantes, robustez na gestão de finanças publicas e capacidade interna do Gabinete da Divida foram as que mereceram algum destaque.

Em 26 de Junho de 2017 recebemos uma missão de consultoria na pessoa do consultor Dr. Juan Carlos Vilanova, encomendada pelo BM, cujo objetivo era de, realizar formação sobre a avaliação dos indicadores de custos e riscos da dívida pública para os quadros do gabinete, no cumprimento do plano de formação para reforço das capacidades em resposta ao relatório do DEMPA.

Recorde-se que DEMPA já realizou 3 missões de avaliação na área da dívida pública sendo nos anos de 2008, 2011 e a última em 2016. Na missão de 2016 pretendia-se avaliar os progressos alcançados na área da dívida e força das políticas públicas face as suas recomendações durante as missões de assistência técnica.

Em 17 de Julho de 2017 recebeu-se a 2ª missão do FMI para a avaliação de ponto de situação das questões acordadas na missão passada no âmbito da evolução e melhorias de gestão da dívida pública. Em 22 de Agosto do mesmo ano tivemos mais uma missão de consultoria no quadro da atualização da estratégia de médio prazo para a gestão da dívida pública. Foi também uma missão de *train in job* realizada pelo consultor Juan Carlos Vila Nova que acompanhou a atualização da referida estratégia cuja responsabilidade de elaboração é atribuída aos quadros do Gabinete da Dívida Pública.

Em 28 de Agosto recebemos uma missão de AFRITAC na pessoa do consultor Sérgio Branco do Banco de Portugal com o objetivo de fazer ponto de situação sobre a Estatística de Finanças Públicas, cuja filosofia é de substituir a metodologia de 1986 para uma metodologia mais actualizada. Com essa missão foi recomendada a atribuição da responsabilidade de compilação de estatística de finanças pública a uma entidade, melhorar a tempestividade das informações provenientes de outros sectores como entidades autónomas, criar grupos de trabalho através de protocolo etc. Em 22 de Setembro de 2017 tivemos mais uma missão do FMI relativamente a 3ª e 4ª avaliação do programa ECF.

De 11 à 15 de Dezembro recebemos a missão de AFRITAC na pessoa do senhor Chaker Soltani, do departamento de Gestão da dívida. O objetivo da missão era de avaliar o procedimento de gestão da dívida e fazer levantamento sobre as principais necessidades para a melhoria dos procedimentos e tipos de assistência técnica a ser disponibilizado.

II.b. Outras Ações Realizadas no Quadro do Reforço das Capacidades - --- Renegociação da Dívida

Porque o tratamento da dívida também pode ser considerado como um dos elementos de reforço das capacidades na gestão da dívida pública, com vista as renegociações das dívidas atrasadas organizou-se durante o período algumas missões de renegociação das dívidas atrasadas.

Assim em 19 de junho de 2017 deslocou-se a Luanda - Angola uma missão para renegociação das nossas dívidas que teve o seu início com a conciliação das dívidas vincendas e atrasados, existentes. O resultado dessa missão pode ser lido na ata da renegociação da dívida entre S. Tomé e Príncipe e a República de Angola.

No quadro da preparação da missão de renegociação da dívida com Brasil realizou-se dois encontros dos quais com o Embaixador do Brasil na República Democrática de S. Tomé e Príncipe e outra com a ministra conselheira da mesma Embaixada. A missão foi realizada em 9 de Outubro de 2017 com o objectivo de conciliar e actualizar a dívida existente e estabelecer um novo termo e condições de pagamento. O resultado desta renegociação pode ser lido na ata de renegociação da dívida entre S. Tomé e Príncipe e República Federal de Brasil.

Realizou-se igualmente encontro com o conselheiro económico da embaixada da república portuguesa em S. Tomé e Príncipe para analisar as perspectivas de atribuição da Garantia Soberana do estado santomense no âmbito de um financiamento que deveria ser disponibilizado pelo Governo português para financiamento das Empresas Portuguesas de direito santomense.

Para além de tudo que se foi referido, foi elaborado diversos pareceres técnicos e está em curso a elaboração do regulamento sobre a garantia do estado. Em relação ao plano de actividades estavam programadas acções de carácter normativas com vista a profissionalização dos quadros do Gabinete dos quais foram elaborados e publicados o Regulamento sobre as Obrigações do Tesouro (OT), foram elaborados uma proposta de

Regulamento sobre Garantia soberana do estado, procedeu-se a actualização da estratégia de médio prazo para a gestão da dívida, etc.

Em termos de formações 3 funcionários do gabinete beneficiaram de formações específicas participando em workshops regionais e seminários nacional.

III. COMPORTAMENTO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS DURANTE O ANO DE 2017 E PERSPECTIVAS PARA 2018

III.a. Economia Internacional

Segundo o jornal “VALOR ECONÓMICO “, na sua edição nº16/KZ400 anunciou que, de acordo com os resultados dos principais indicadores macroeconómicos (crescimento, desemprego e inflação), registados, apontam que a economia norte americana terá sido o melhor em 2017 em uma década. A melhoria desses indicadores teve um impacto positivo, contribuindo para que a economia global desfrutasse de um crescimento amplo e sincronizado maior do que se esperava.

Publicou ainda o mesmo jornal que, dependendo de políticas monetárias, fiscais e comerciais nos EUA e em todo o mundo, esse forte desempenho poderá continuar em 2018. Portanto a nível mundial a taxa de crescimento foi de 3,7% aproximadamente 4%. Recorde-se que a economia mundial se encontrava numa fase de recuperação, após relativa estagnação nos anos anteriores. Segundo o relatório sobre perspectiva económica mundial de Julho de 2017 do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global encontrava-se numa fase de recuperação, sobretudo em matéria de investimento, indústria e comércio. Com isso esperava-se um crescimento em 2017 de 3,5% contrariamente ao registado (3,7%), contra 3.2%, registado em 2016.

Quanto a economia portuguesa cresceu em 2,7% de acordo com as informações da INE, mais 1,2% comparado com o registado em 2016, tudo isso fruto de aumento da procura interna refletida sobretudo na aceleração de investimentos interno.

Apesar desse bom desempenho as dívidas públicas dos Estados membros da União Europeia ainda persistem o que precisa ser reduzida para evitar crises na zona do euro. No que toca a

inflação, a economia da zona euro fechou o ano com uma inflação de 1,4% , Portugal fechou com 1,6% e Reino Unido com 3%.

III.a.1. Perspectivas Internacionais para 2018

O bom resultado registado na economia do Estado Unido da América a combinar com o impacto esperado das mudanças na sua política tributária, obrigou o FMI a rever a sua projeção da economia mundial, elevando as suas previsões de crescimento económico mundial a 3,9% em 2018 e 2019. Portanto para 2018 espera-se a nível da economia do EUA um crescimento de 2,7% ao invés de 2,3% inicialmente previsto pelo FMI, e para 2019 espera-se um crescimento de 2,5% ao contrário de 1,9% anteriormente previsto. Para os países da zona EURO espera-se um crescimento de 2,3%, enquanto para Japão espera-se um crescimento de 1,2% para 2018 e 2019 e para China 6,6% e 6,4% para 2018 e 2019, respectivamente.

III.b. Economia Nacional

O comportamento da economia santomense durante o ano de 2017, com base na análise e informações relativamente a avaliação da conjuntura económica, resultou provisoriamente uma taxa de crescimento real semelhante à de 2016, em torno dos 4%, conforme projectado inicialmente pelo FMI, em concordância com as autoridades nacionais. O estado dormiente do sector real combinado sobretudo com as dificuldades no acesso a financiamento externo (donativos e empréstimos concessionais), condicionaram fortemente a implementação de diversos projectos de investimento público, factores que justificam a ausência de um desempenho mais robusto. Entretanto os estados dos principais indicadores macroeconómicos continuam a ser satisfatórios como podemos ver no quadro nº1 abaixo:

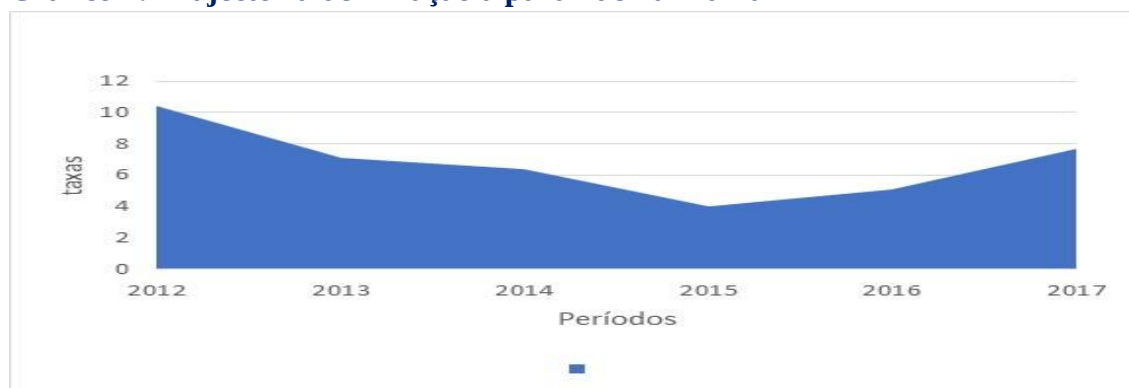
Quadro 1: Principais Indicadores Macroeconómicos Registados no Período de 2010 à 2017

INDICADORES	PERÍODOS							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB em milhões de USD	200,2	238,2	263,6	302,9	335,1	318,2	351,5	375,0
PIB em milhões de STD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
STOCK DA DÍVIDA	156,4	181,9	228,2	232,4	243,4	274,1	278,7	310,1
SERVIÇO DA DÍVIDA	2,8	5,3	3,7	5,6	3,2	8,9	6,8	6,3
EXPORTAÇÃO dos quais ; MUSD	10,9	10,9	11	6,9	10,3	9,1	10,4	10,9
Cacau:	4,3	0,6	2,1	5 415,75	9 146,77	7 895,51	8 635,61	9 245,71
Viagens e Turismo	11,1	15,58	15,8					
IMPORTAÇÃO dos quais: MUSD (-)	-96,2	-22,0	-26,6	128,65	144,63	118,95	119,11	127,67
Produtos alimentares e bebidas	-25,5	-33,6	-31,9	36,6	42,5	34,3	36,1	35,1
Bens de Investimentos	-36,0	-40,2	-41,8	0,03	30 291,81	27 865,49	31 157,49	36 831,10
Produtos Petrolíferos	-15,2	-26,6	-27,7	38,21	41,12	31,26	21,66	27,57
RECEITAS CORRENTES dos quais:em MSTD	706941	770508	770717	973425	975347	1 104 921,00	1 055 568,00	1 123 566,00
RECEITAS FISCAIS : MSTD	646952	726009	703734	871740	881396	1 005 642,00	948 882,00	1 035 857,00
RECEITAS CORRENTES dos quais:em M USD	38,06	42,59	40,12	52,35	52,46	49,67	47,38	51,27
RECEITAS FISCAIS : M USD	34,83	40,13	36,63	46,88	47,40	45,21	42,59	47,27
RESERVAS INTERNACIONAIS LIQUIDAS em USD		23,41	36,86	48,95	50,59	56,34	49,68	46,85
TAXAS DE CAMBIO MÉDIA	18 574,00	18 089,80	19 211,43	18 593,88	18 593,93	22 243,83	22 280,42	21 913,88

Fontes: Gabinete da Dívida; BCSTP; Direção do Tesouro e INE

III.b.1. Inflação

A inflação, que vinha exibindo uma trajetória tendencialmente descendente desde a introdução do regime cambial decorrente do ACE, registou-se em 2017 um valor superior aos dos dois anos anteriores, tendo situado em 7,7%. Um dos principais fatores explicativos desta situação terá sido o clima anormalmente chuvoso, o qual provocou fortes subidas de preços na componente – especialmente significativa - dos bens alimentares no cabaz de consumo (nomeadamente o peixe e os produtos vegetais). O aumento da carga fiscal sobre alguns bens (em especial as bebidas) também foi relevante para o aumento da inflação. O gráfico número 1 revela a trajetória de inflação a partir de 2012 a 2017.

Gráfico 1: Trajetória de Inflação a partir de 2012 à 2017

Fonte: BCSTP e INE - STP

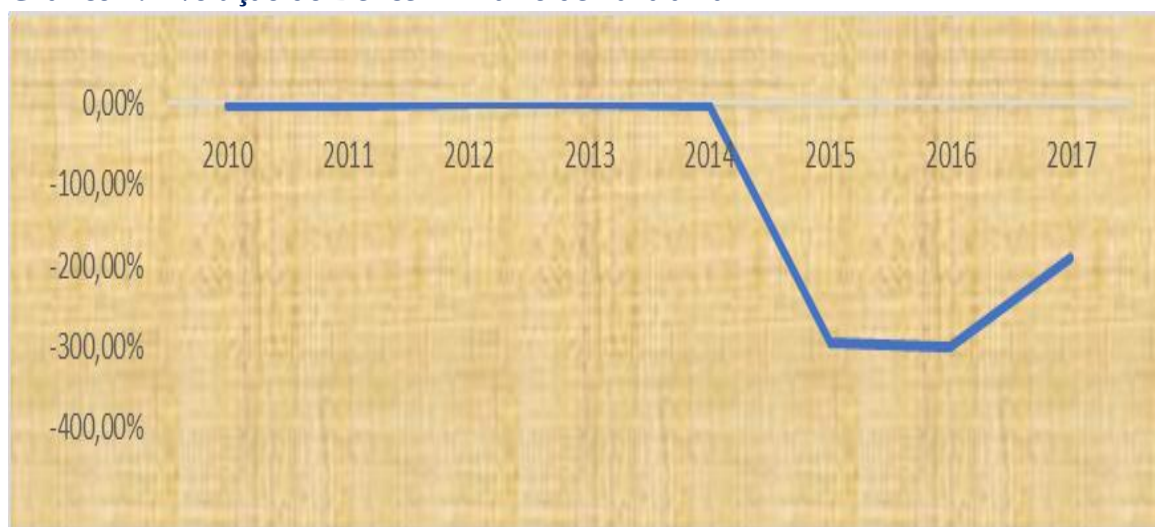
III.b.2. Finanças Públicas

1. A nível das finanças públicas, é de referir o comportamento diferenciado das diferentes rubricas de receitas, com nota positiva para os impostos diretos e indiretos não aduaneiros, enquanto as receitas alfandegárias se situaram abaixo das expectativas. Na vertente das despesas verificou-se um esforço seletivo de contenção, que afectou sobretudo as rubricas de transferências e subsídios e as despesas de investimento, conforme se pode inferir do orçamento rectificativo aprovado em julho de 2017.

Devido a sazonalidade das receitas e de acordo com o decreto-lei nº 1/2014 – que aprova o regime jurídico dos bilhetes do tesouro e como forma de compensar o défice temporário de tesouraria foram emitidos no decorrer do exercício do período em análise, 200 mil milhões de dobras em bilhetes de tesouro tendo sido estes totalmente amortizados no 1º trimestre de 2018. Isso também se deveu a não entrada em tempo oportuno dos donativos de apoio ao Orçamento Geral do Estado acordados com os nossos principais parceiros financeiros.

2. O desempenho das finanças públicas tem sido marcado pela oscilação do défice primário doméstico à volta dos 2,97% e 3,01 % do PIB em 2015 e 2016 respectivamente, para se estabilizar em 2017 em 1,91% do PIB face as rigorosas restrições impostas a nível das despesas públicas.
3. Esta tendência de estabilização preconiza-se continuar em 2018, à volta dos 1,0% do PIB , mantendo-se a mesma taxa do défice primário, em 1,0% em 2019, visto que o Governo está empenhado em prosseguir com as medidas de consolidação orçamental. O gráfico abaixo revela a tendência do défice primário nos últimos.

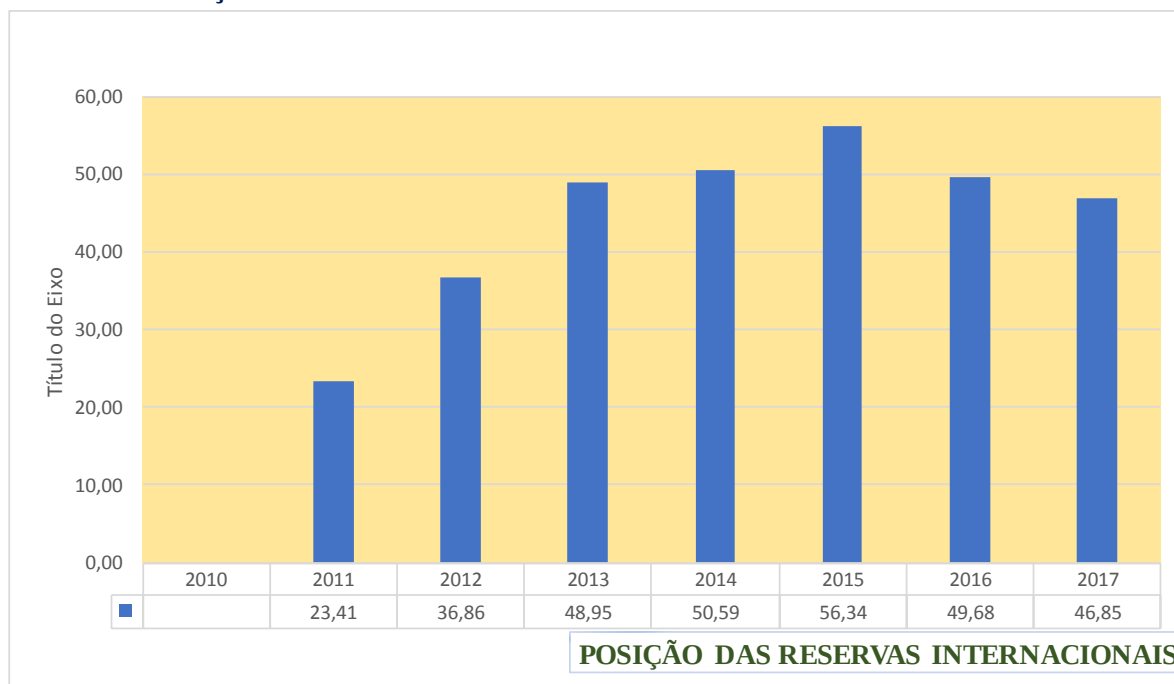
Gráfico 2: Evolução do Défice Primário de 2010 à 2017



Fonte: Direção do Tesouro e Direcção do Orçamento

III.b.3. Sector Externo

1. Relativamente às contas externas, registou-se em 2017 uma exportação de 10,9 milhões de dólares americanos superior ao de 2016 em 4,3% apesar da queda significativa registada nos preços internacionais do cacau. Enquanto isto, as importações se estabilizaram em média de 127 milhões de dólares por ano desde 2014.
2. Relativamente ao sector monetário, a política tem sido implementada em coordenação com as autoridades fiscais, no sentido de preservação da paridade cambial e o reforço da supervisão bancária visando a estabilidade do sistema financeiro nacional.
3. Relativamente às reservas internacionais líquidas, os dados disponíveis apontam que este indicador registou acima de 3 meses de importação, equiparado a situação de 2016, o que ainda se pode considerar um nível confortável, face ao valor mínimo de 3 meses que é considerado o padrão internacionalmente aceite. A expectativa é que o nível de reservas internacionais do Banco Central registado em 2017, se mantém constante em 2018 e 2019. O gráfico nº3 revela a posição das reservas nos últimos anos

Gráfico 3: Posição das Reservas Internacionais nos Últimos Anos

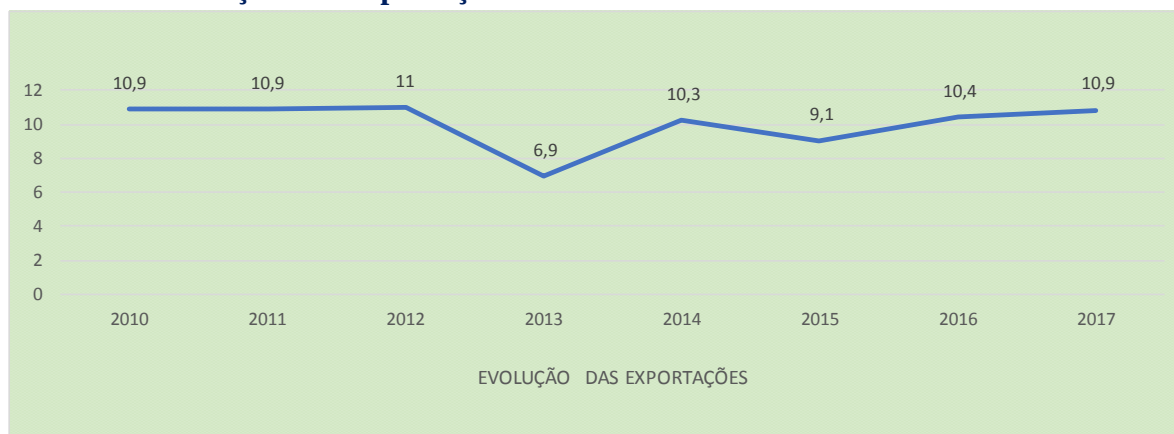
Fonte: BCSTP

III.b.4. Sector Real

Relativamente ao sector real gostaríamos de referir as exportações e ao produto interno bruto por se tratar de indicadores que mais relação e impacto têm com a dívida pública.

III.b.4.1. Exportação

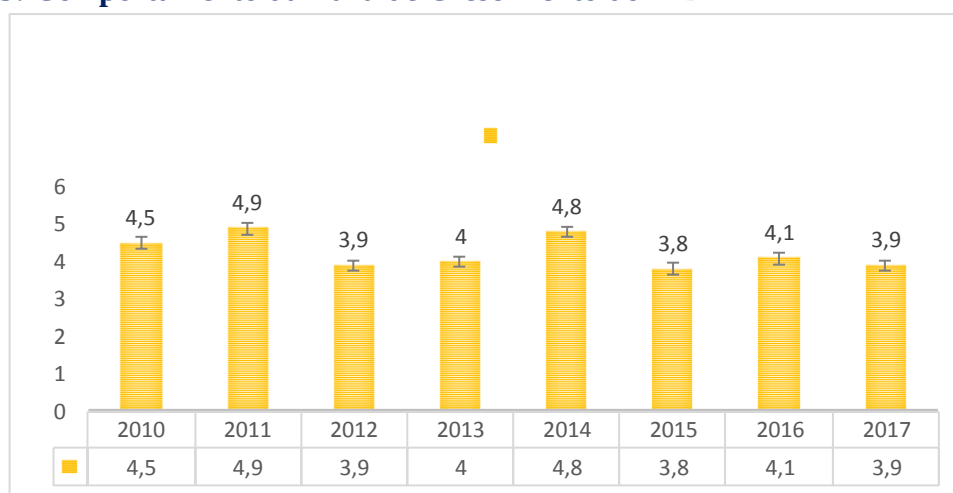
Concretamente as exportações nos últimos anos têm revelado uma melhoria embora não constante. O gráfico abaixo indica a tendência das exportações nos últimos anos.

Gráfico 4: Evolução das Exportações

Fonte: BCSTP e INE-STP

III.b.4.2.PIB

Quanto ao Produto Interno Bruto tem revelado uma taxa de crescimento moderado devido ao enfraquecimento de fontes de financiamento externo com impacto no adormecimento dos grandes projetos de investimento. O gráfico nº 5, abaixo indica a tendência da taxa de crescimento do PIB.

Gráfico 5: Comportamento da Taxa de Crescimento do PIB

Fonte: BCSTP e INE - STP-FMI

É necessário frisar que os efeitos das reformas têm sido positivos no crescimento do PIB tanto é que, o país passou a ser classificado de rendimento médio devido o aumento do PIB *per capita*, baseado em número de populações inquerido pela INE, sendo de 1.779,14 dólares em 2016 é 1.898,3 dólares em 2017, enquanto a dívida *per capita* é de dólares: USD 1.410,85 e 1.569,72 respectivamente. Portanto comparando esses dois importantes

rácios pode se concluir que a nossa dívida ainda é sustentável, mas, no entanto, regista-se má distribuição de rendimentos a nível do país.

III.b.4.3. Riscos Macroeconómicos

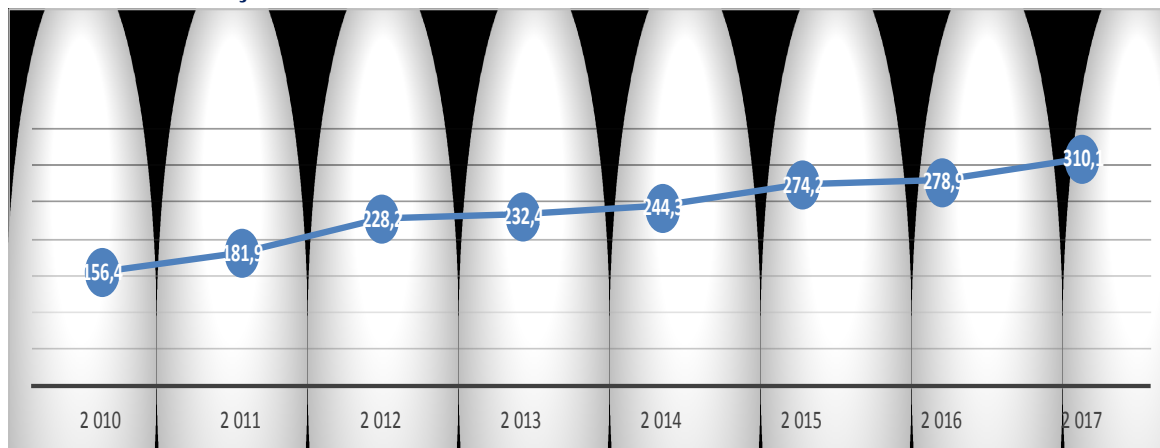
Em termos de economia global prevê-se a ocorrência de alguns riscos derivados da continuada depreciação do dólar em relação ao Euro, e, por conseguinte, com a dobra, que poderia repercutir nas exportações de cacau e o nível do turismo proveniente de países da zona não euro, afectando o nível de exportações e o crescimento da economia e uma degradação dos rácios da dívida em relação ao PIB.

Outros riscos poderão ocorrer no sector fiscal, como a diminuição cada vez dos donativos e o seu adiamento o que repercute negativamente sobre o orçamento com impacto no défice e no crescimento em geral. Igualmente o regime de cambio fixo caso altere e a taxa de cambio da dobra sofre uma dramática depreciação resultará no aumento das despesas com o serviço da dívida bem como o stock da dívida. A diminuição do financiamento externo que tem tido impacto no financiamento de investimento público pode ter efeito directo nos investidores privados com repercussão na diminuição das receitas internas.

IV. STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA

O stock da dívida pública total até dezembro de 2017, cifrou-se em USD 310,7 milhões, (6.684.399,8 novas dobras).¹ Comparando com o período de 2016 em que se registou um stock de 278,9 milhões de dólares americanos nota-se um aumento do volume da dívida em 11% derivado da emissão dos Bilhetes do Tesouro cujo prazo de pagamento vencia em março de 2018. Excluindo os valores de 17 milhões de dólares correspondentes aos bilhetes do tesouro bem como os atrasados de 115,9 milhões de dólares, o valor do stock passa a 293,3 milhões de dólares (*ndbs* 6.310.056,20) e 194,2 milhões de dólares respetivamente. Com a exclusão dos Bilhetes do Tesouro o aumento passa a ser apenas em 5,2%.

¹ Taxa de câmbio média apurado em 31 de Dezembro de 2017USD/STD=21.514

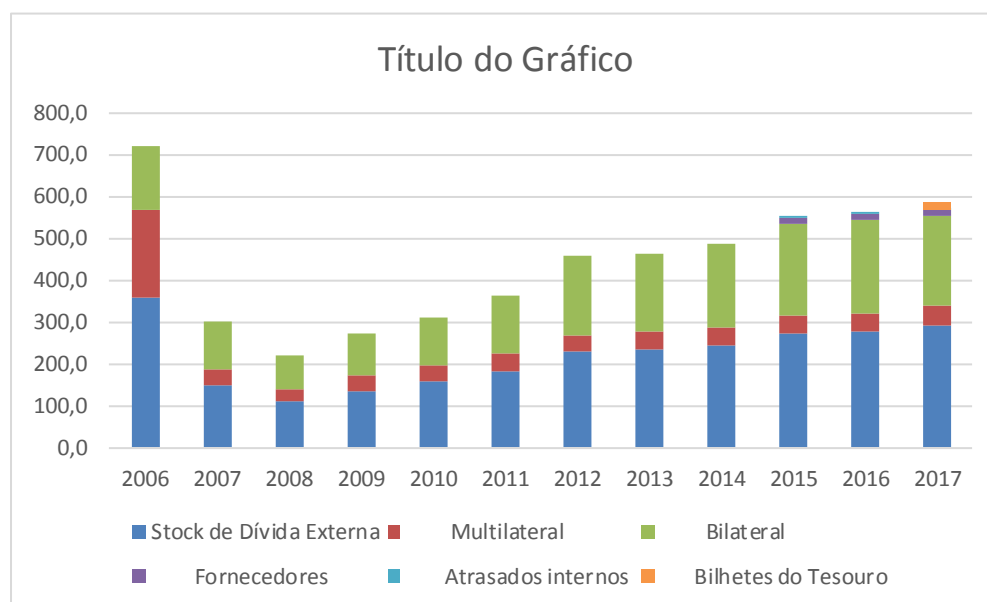
Gráfico 6: Evolução do Stock Total da Dívida - 2010 à 2017

De acordo com o gráfico nº 6 o stock da dívida revela uma tendência, crescente, enquanto a tendência dos outros indicadores macroeconómicos como o PIB, exportação, e as reservas mostra-se ser oscilante.

Quadro 2: Evolução do Rácio do Stock da Dívida em Relação aos Principais Indicadores Macroeconómicos - 2010 à 2017

INDICADORES	PERÍODOS							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RACIOS DE SUSTENTABILIDADES (%)								
STOCK DA DÍVIDA em relação ao PIB	78,14	76,36	86,56	76,73	72,63	86,13	79,29	82,69
STOCK DA DÍVIDA em relação as EXPORTAÇÕES	1 435,28	1 668,74	2 074,35	3 345,86	2 371,05	3 019,45	3 019,45	2 675,30
STOCK DA DÍVIDA em relação RESERVAS INTERNACIONAIS	0,00	776,99	619,04	474,78	481,12	486,44	560,99	661,86
STOCK DA DÍVIDA em relação a nº das POPULAÇÕES	792,0	920,8	1 155,1	1 176,5	1 232,1	1 387,4	1 410,8	1 569,7

Quando se analisa os rácios do stock da dívida em relação aos principais indicadores macroeconómicos conclui-se que se encontram fora do padrão normal aceite internacionalmente indiciando um risco de *sobre-endividamento*.

Gráfico 7: Evolução da Composição da Carteira da Dívida por Credores

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

Este gráfico demonstra que ao longo do ano as dívidas multilaterais tendem-se a manter um nível estável devido as condicionalidades impostas pelas instituições de *Bretton Woods* enquanto as dívidas bilaterais apresentam maior volume, com a tendência crescente embora num ritmo mais ou menos estável. A dívida com os fornecedores também estão num nível estável embora em 2017 se verifica a presença dos Bilhetes do Tesouro (BT) na composição do stock.

O estado actual da nossa dívida resulta dos movimentos em termos de novos desembolsos efectuados, tal como, a acumulação dos atrasados das dívidas que devem ser renegociados de acordo com a decisão do clube de Paris após o ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC e as amortizações das dívidas vincendas, efectuadas ao longo do período.

O gráfico nº 7 ilustra também a evolução do stock total da dívida com a comparação entre os períodos homólogos anteriores e o período em análise, tendo registado a nível de stock total um crescimento da dívida pública nos últimos 10 anos de 98,2% nos últimos 5 anos 33,0% e em relação a 2016 registou-se um crescimento de 11,2%.

IV.1. Análise de Carteira e Perfil da Dívida Pública Durante o ano 2017 e sua Evolução a partir de 2010, por Fontes de Financiamentos

IV.1.a. Credores Multilaterais e Credores Bilaterais

A carteira da nossa dívida até aos finais de 2006 era composta por dívidas públicas externas sobretudo proveniente dos credores multilaterais (59,0 %) e os credores bilaterais (41%). Essa tendência começou a inverter-se a partir do ano de 2007 isto porque com a Iniciativa HIPC o país beneficiou mais do perdão das dívidas multilaterais do que as dívidas bilaterais. Portanto o alívio foi proporcional ao montante dos atrasados acumulados, ficando entretanto ainda por perdoar um importante volume dos atrasados, cerca de 70 milhões de dólares pertencentes ao multilateral não clube de Paris. Para além disso, com a cooperação *sul – sul*, o país ganhou liberdade de contrair mais dívidas bilaterais do que os multilaterais. (Vide o quadro e os gráficos abaixo)

Quadro 3: Composição da Dívida Pública por Fontes de Financiamento em USD - 2010 à 2017

FONTES DE FINANCIAMENTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL	156,4	181,9	228,2	232,4	244,3	274,2	278,9	310,1
MULTILATERAL	38,0	42,1	41,0	43,7	41,5	42,4	40,3	44,5
BILATERAL	118,5	139,8	164,6	171,8	189,1	219,2	226,4	235,3
FORNECEDORES	0,0	0,0	22,6	16,9	13,7	12,6	12,2	13,3
BILHETES DE TESO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,0

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA

Quadro 4: Composição da Dívida Pública por Fontes de Credores em % (2010 à 2017)

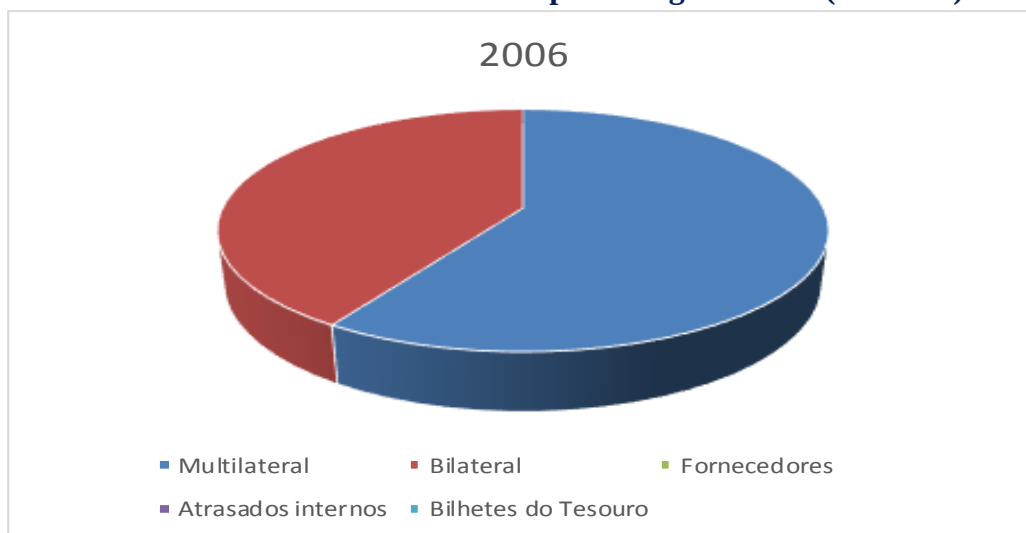
FONTES DE FINANCIAMENTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
MULTILATERAL	24,3%	23,1%	18,0%	18,8%	17,0%	15,5%	14,4%	14,4%
BILATERAL	75,7%	76,9%	72,1%	73,9%	77,4%	79,9%	81,2%	75,9%
FORNECEDORES	0,0%	0,0%	9,9%	7,3%	5,6%	4,6%	4,4%	4,3%
BILHETES DE TESOURO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,5%

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

O quadro 3 acima é reflectido no quadro 4 representado em percentagem. A distribuição da carteira da nossa dívida externa é refletida nos gráficos abaixo onde facilmente se pode

verificar a inversão do comportamento das fontes de financiamento após o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC. Os gráficos que se seguem estão em percentagens onde se conclui que os credores multilaterais diminuíram o seu peso no pacote dos nossos empréstimos dando lugar as fontes bilaterais.

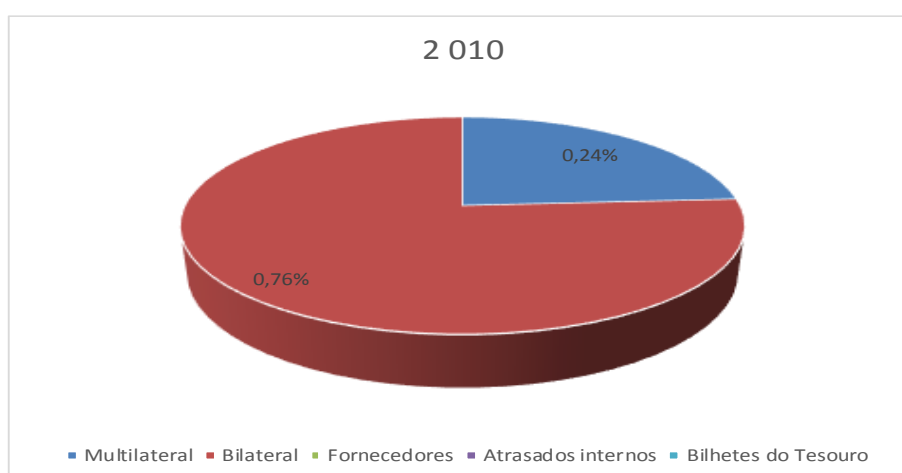
Gráfico 8: Estrutura da Dívida Pública em percentagem - 2006 (ano base)



Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA

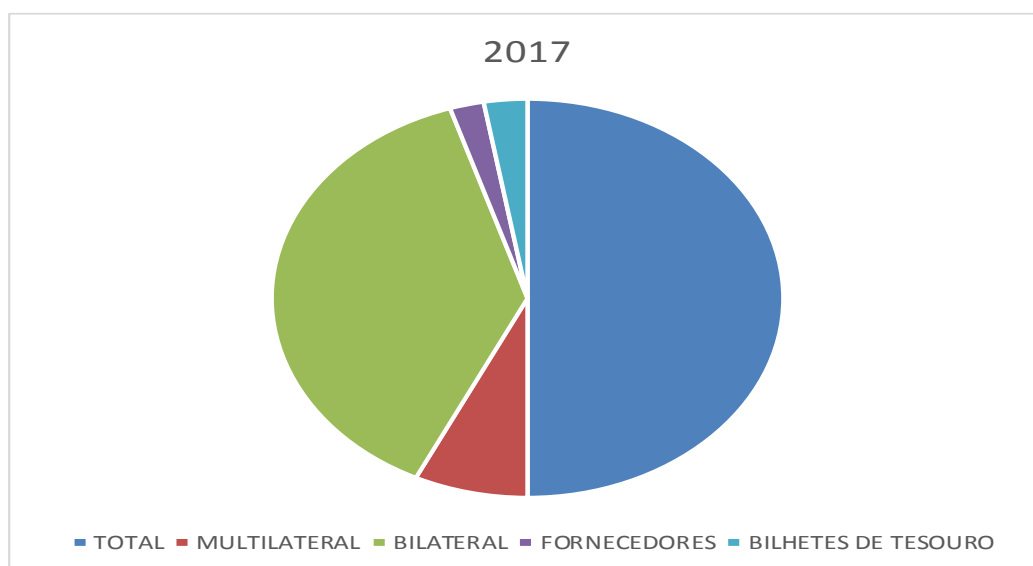
Para a nossa análise tomou-se o período de 2006 como o ano base, por ser o período em que o país ainda acumulava um volume de dívidas atrasadas, consideradas insustentável, antes do Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC. (gráfico nº8)

Gráfico 9: Estrutura da Dívida Pública em percentagem (%) – 2010



Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA

Gráfico 10: Estrutura da Dívida Pública em percentagem (%) – 2017

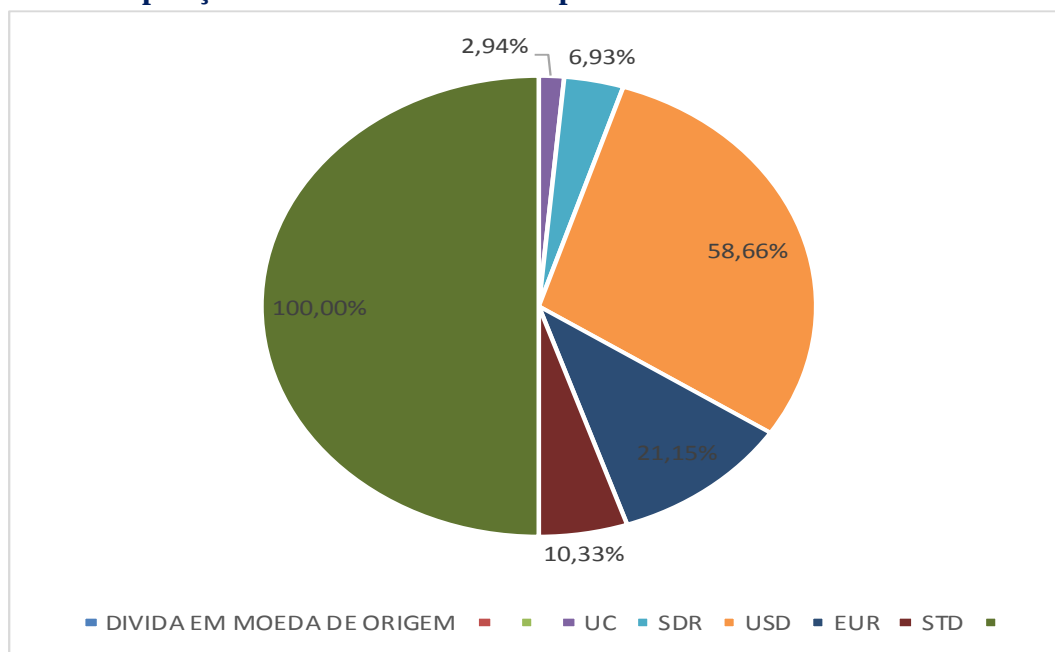


Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA

Comparando os graficos 8, 9 e 10 verifica-se que a tendência do peso das bilaterais se inverteu em relação as dívidas multilaterais e outras fontes.

IV.1.b. Análise da Carteira da Dívida Pública por Tipo de Moedas

Gráfico 11: Composição da Carteira da Dívida por Moeda



Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

A carteira da nossa dívida em termos de cabaz de moedas, continua sendo dominada pelo dólares americanos (58,66%), EURO (21,4%) , SDR (6,93%) e STD (10,33%). Conforme

foi enfatizado acima, a principal moeda de transação continua sendo dólares americanos. Apenas a dívida com Portugal é feita em EURO e o FMI cuja a dívida é paga através de aquisição do Direito Especial de Saque (DES).

IV.1.c. Composição e Perfil da Carteira da Dívida Pública

A carteira da dívida pública são-tomense em 2017 é composta de 95, 3% de dívida externa e 4,7% de dívida interna. O quadro 7 demonstra o perfil da dívida pública são-tomense até dezembro de 2016.

Quadro 5: Perfil da Carteira da Dívida Pública e o Saldo por Credores

Tipo de crédito	Devedor	Montante Original (Milhões)	Data da assinatura	Moeda	Tipo de taxa de juros - Fixo / Variável	Taxa de Juros / Taxa de Referência	Vencimento original (anos)	Vencimento remanescente (anos)	Prazo de carência original (anos)	Saldo atual da dívida em finais 2017 em moeda de Origem	Saldo atual da dívida em finais 2017 USD (CAPITAL)	saldo em STD
Concessional	RDSTP	12 618 412,00	28/02/1991	UC	fixo	0,75%	50	23	10	105 990,93	148 387,30	30 826 307 952,8
Concessional	RDSTP	1 480 000,00	28/05/1998	UC	fixo	0,75%	50	30	10	355 674,79	497 944,71	347 128 502 326,8
Concessional	RDSTP	3 200 000,00	11/05/2000	UC	fixo	0,75%	50	32	10	662 525,97	927 536,36	1 204 453 173 576,7
Concessional	RDSTP	3 500 000,00	03/06/2003	UC	fixo	0,75%	50	35	10	2 344 056,30	3 281 678,82	15 077 182 228 691,2
Concessional	RDSTP	11 500 000,00	15/07/2015	UC	fixo	2,25%	25	25	5	2 496 879,75	3 495 631,65	17 107 216 885 474,4
Concessional	RDSTP	2 000 000,00	16/02/2016	UC	fixo	2,25%	25	25	5	94 215,43	131 901,60	24 357 245 654,2
Concessional	RDSTP	1 500 000,00	18/04/2017	UC	fixo	2,25%	25	25	5	0,00	0,00	0,0
Concessional	RDSTP	7 950 000,00	09/11/2001	SDR	fixo	1,00%	40	23	10	6 081 364,06	8 513 909,68	101 481 321 350 233,0
Concessional	RDSTP	5 800 000,00	10/11/2000	SDR	fixo	0,75%	40	34,5	10	1 634 014,00	2 287 619,60	7 326 484 808 025,8
Concessional	RDSTP	1 950 000,00	10/11/2000	SDR	fixo	0,75%	40	34	10	373 333,73	522 667,22	382 453 434 934,5
Concessional	RDSTP	3 400 000,00	24/06/2004	SDR	fixo	0,75%	40	37	10	2 924 000,00	4 093 600,00	23 460 585 344 000,0
Concessional	RDSTP	3 500 000,00	05/11/2004	SDR	fixo	0,75%	40	37	10	3 289 989,15	4 605 984,81	29 701 134 497 931,0
Semi-Concessional	RDSTP	10 000 000,00	04/09/1976	USD	fixo	0,00%	20	2,5	10	195 269,57	195 269,57	38 130 204 968,0
Semi-Concessional	RDSTP	3 200 000,00	20/07/2000	USD	fixo	0,00%	23	21	10	2 764 319,61	2 764 319,61	7 641 462 906 230,6
Semi-Concessional	RDSTP	1 500 000,00	14/11/2002	USD	fixo	0,00%	24	24	11	1 258 740,00	1 258 740,00	1 584 426 387 600,0
Semi-Concessional	RDSTP	4 000 000,00	04/10/2009	USD	fixo	0,00%	30	30	15	3 332 126,42	3 332 126,42	11 103 066 478 862,0
Semi-Concessional	RDSTP	3 200 000,00	23/09/2011	USD	fixo	0,00%	24	24	15	2 993 082,52	2 993 082,52	8 958 542 971 529,6
Semi-Concessional	RDSTP	7 500 000,00	02/09/2014	USD	fixo	1,00%	20	20	10	360 717,00	360 717,00	130 116 754 089,0
Semi-Concessional	RDSTP	7 800 000,00									0,00	
Semi-Concessional	RDSTP	12 000 000,00	28/12/2016	EURO	Euribor+1	0,00%	20	20	5	0,00	0,00	0,0
Semi-Concessional	RDSTP	3 500 000,00	21/06/2002	USD	fixo	2,00%	15	5	5	1 166 800,00	1 166 800,00	1 361 422 240 000,0
Semi-Concessional	RDSTP	1 986 283,49	05/11/2008	USD	fixo	2,25%	15	10,5	5	1 416 803,99	1 416 803,99	2 007 333 546 079,9
Semi-Concessional	RDSTP	5 000 000,00	22/11/2016	KD	fixo	2,00%	24	24	4	0,00	0,00	
Semi-Concessional	RDSTP	980 000,00	11/08/2008	EUR	fixo	0,00%	20	20	10	781 925,60	930 491,46	1 030 319 093 846,5
Semi-Concessional	RDSTP	30 000 000,00	20/07/2015	USD	fixo	1,00%	16	16	5	10 000 000,00	10 000 000,00	100 000 000 000 000,0
Semi-Concessional	RDSTP	50 000 000,00	25/02/2009	EUR	LIBOR	1,89%	20	20	10	28 093 721,22	33 431 528,25	1 330 023 826 688 570,0
Semi-Concessional	RDSTP	9 981 386,00	31/01/2012	EUR	LIBOR	1,89%	20	20	9	9 847 449,56	11 718 464,98	163 413 681 469 705,0
Semi-Concessional	RDSTP	11 907 217,00	20/05/2015	EUR	fixo	0,15%	26	26	15	11 907 216,23	14 169 587,31	238 924 873 522 276,0
Semi-Concessional	RDSTP	10 000 000,00	05/03/2009	USD	fixo	1,00%	25	23	6	8 000 000,00	8 000 000,00	64 000 000 000 000,0
Semi-Concessional	RDSTP	40 000 000,00	26/05/2014	USD	fixo	1,00%	15	15	10	40 008 700,39	40 008 700,39	1 600 696 106 896 790,0
Semi-Concessional	RDSTP	4 249 983,76	12/12/2007	USD	libor 6M	0,69%	7	7	0	4 564 249,10	4 564 249,10	20 832 369 846 850,8
Semi-Concessional	RDSTP	1 524 490,00	28/12/2012	EUR	Libor +2%	1,50%	5	3	3	1 524 490,00	1 814 143,10	3 916 427 072 860,4
Não Concessional	RDSTP	30 000 000,00	30/07/2009	USD	fixo	0,00%	6	0	1	30 000 000,00		0,0
				USD								
Semi-Concessional	RDSTP	30 588 793,90	A Renegociação	USD	A Renego	A Renego	A Renegociação	A Renegociar	A Renego	30 588 793,90	30 588 793,90	935 674 312 256 677,0
Semi-Concessional	RDSTP	18 400 000,00	A Renegociação	USD	A Renego	A Renego	A Renegociação	A Renegociar	A Renego	0,00	0,00	0,0
Semi-Concessional	RDSTP	24 300 000,00	A Renegociação	USD	A Renego	A Renego	A Renegociação	A Renegociar	A Renego	24 300 000,00	24 300 000,00	590 490 000 000 000,0
					0	0,00%	0	0	0			
Semi-Concessional	RDSTP	7 640 379,66	05/03/2009	USD	fixo	1,00%	25	23	6	7 640 379,66	7 640 379,66	58 375 401 348 941,7
COMERCIAL	RDSTP	4 249 983,76	12/12/2007	USD	libor 6M	0,69%	7	7	0	4 564 249,10	0,00	0,0
	RDSTP	1 524 490,17	28/12/2012	EUR	Libor +2%	2,00%	10	10	5	1 524 490,00	0,00	0,0
		30 000 000,00	30/07/2009	USD	0	0,00%	6	0	1	30 000 000,00	30 000 000,00	900 000 000 000 000,0
OGE	RDSTP	11 318 113,07	00/01/1900	USD	0	0,00%	0	0	0	12 042 223,67	12 042 223,67	145 015 150 918 308,0
OGE		917 713,69		STD	0	0,00%	0	0	0	800 000,00	800 000,00	640 000 000 000,0
TESOURO		0,00		STD	0	0,00%	0	0	0	17 000 000,00	17 000 000,00	289 000 000 000 000,0
										289 003 282,69	6 671 000 114 382 980,00	

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

Como pode-se observar, o quadro acima apresenta o perfil da carteira actual da dívida que é maioritariamente constituída por dívidas de origem concessional ou semi-concessional, com um período de maturidade variado entre 30 e 50 anos. Constata-se, no entanto, que o

perfil da carteira actual da dívida apresenta custos relativamente baixos devido ao nível de concessionalidade das taxas de juros que, por serem na sua maioria fixas, também representam riscos moderados.

Relativamente ao risco de refinanciamento, este é extremamente baixo em virtude do tempo médio de maturidade das dívidas externas. Porém, existe uma grande incerteza em termos de disponibilidade de receitas arrecadadas para honrar os compromissos contratuais de reembolso da dívida, que é considerada como um risco.

Na composição da carteira estão consideradas as dívidas atrasadas, dívidas em renegociação bem como os atrasados com fornecedores resultantes da acumulação das despesas orçamentais não liquidadas e pagas no ano a que se referem. Não estão incluídas as dívidas com FMI.

IV.1.d. Principais Indicadores de Custo e Riscos²

Um dos principais objectivos de gestão da dívida, normalmente é o monitoramento dos custos e riscos orientando os decisores e gestores da dívida na maior cautela no desenvolvimento da política de endividamento público e da estratégia de médio prazo para a gestão da dívida pública.

Esses indicadores são importantes pois permiti-nos prever as oscilações que podem ocorrer nas despesas orçamentais provocadas pela volatilidade de taxas de câmbio e taxas de juros variáveis. Embora grande parte da nossa dívida ser de taxas fixas achamos pertinente apresentar a avaliação dos Custos e Riscos da nossa dívida em finais de 2017.³ Como se pode verificar no quadro abaixo, a taxa média e ponderada de juros continua sendo altamente concessionária refletindo o peso de empréstimos dos credores multilaterais na composição da nossa dívida pública. Prevê-se que esta taxa ponderada sofra um aumento devido a chegada de novos empréstimos bilaterais com taxas de juros menos concessionárias. (vide o quadro nº 6)

² No cálculo dos indicadores de custo e riscos não foram incluídos os atrasados existentes em finais de 2016

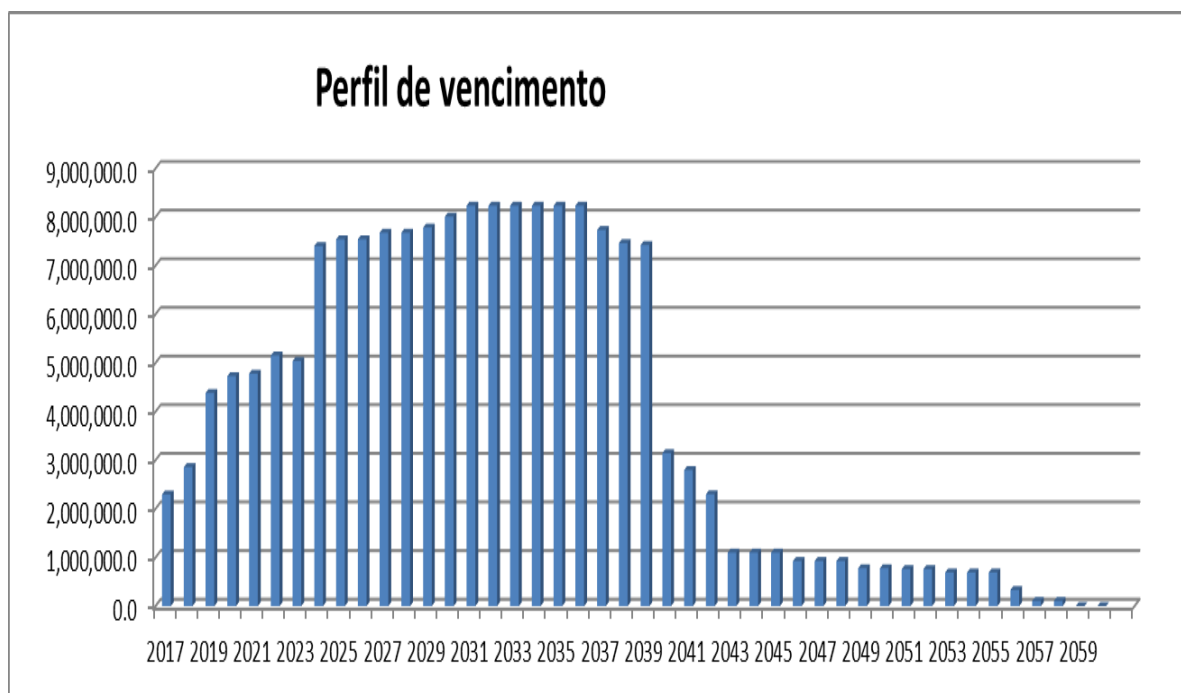
Quadro 6: Avaliação de Custos e Riscos da Dívida Pública

INDICADORES DE CUSTOS E RISCOS				2017
STOCK da DIVIDA incl. atrasados (Em milhões de dolares) excl FMI				289,5
Excluindo os atrasados				196,9
RESERVAS				46,85
PIB		Em milhões de dolares americanos)		375,0
		Em milhões de STD)		8 248 000,0
		Taxa de crescimento %		5
Stock da Divida em % do PIB				77,2
Stock da Divida excl. os atrasados ext. e int. , em % do PIB				52,5
Valor actualizado da divida em % do PIB				
Custo da Divida	Taxa de Juro média Ponderada em %			1,20%
Risco de Financiamento	Tempo Médio de maturidade da Divida Externa (anos)			11,6
	Vencimento da Dívida em um ano (Anos) em % do total			1,03%
	Vencimento da Dívida em um ano (Anos) em % do PIB			14,20%
Riscos de Taxa de Juros	Tempo Médio de alteração da taxa de juros (anos)			8,3
	Dividas que alteram a taxa de juros em um ano (%do Total)			30,9%
	Dividas a taxa de Juros fixa (% do total)			69,1%
Risco de taxa de cambio	Divida em moeda Estrangeira (% do total)			91,0%
	Divida externa a vencer no curto prazo (% das reservas)			32,0%
	Taxa de cambio média			
				21 913,88

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA., Banco Central

Os indicadores de risco mostram um panorama relativamente baixo de riscos com apenas 1,03% da divida a vencer em um ano. O tempo médio de refinanciamento (ATM), que reflecte o risco de refinanciamento é considerado relativamente bom com um período de 11,6 anos. O tempo médio de alteração da taxa de juros (ATR) é de 8,3 anos, que reflecte o risco de alterações nas taxas de juros é menor devido á contratação recente de empréstimos com uma taxa de juros variável isto é o período de amortização só inicia posterior a 2017.

Gráfico 12: Evolução das Amortizações da Dívida Pública - 2017 à 2059 (em MUSD)



Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

O perfil de vencimentos mostra uma subida constante das amortizações até 2025 período em que sofre um aumento dramático chegando a uma média de 8 milhões de dólares anuais. Como se vê no gráfico 7, só a partir de 2043 começa a diminuir o fardo da dívida como despesas orçamental.

V. GESTÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

Para o ano de 2017, e tendo em conta os compromissos contratuais, previa-se realizar um serviço da dívida no montante de *USD 11.996.196,13* dos quais *USD: 6.889.121,6* referia-se ao serviço da dívida cancelada nos termos da iniciativa HIPC, enquanto que *USD: 5 107 074,53* referia-se aos montantes que deveriam ser efectivamente transferidos a favor dos respectivos credores. Entretanto, e como se pode verificar nos quadros a seguir (7 e 8), foram realizados de *USD: 2.950.226,58* e *USD 3.308.440,54* respectivamente.

Quadro 7: Serviço da Dívida Programada Realizada Mensalmente e por Credores (em USD)

SERVIÇO DA DÍVIDA PROGRAMADO E REALIZADO ATÉ DEZEMBRO DE 2017

REALIZAÇÃO MENSAL E POR TRIMESTRE

Em USD

CREDORES PERÍODO	PROGRAMA		FUNDO HIPC PREVISTO		TRANSFERIDO		FUNDO HIPC DEPOSITADO		SERVIÇO DA DÍVIDA ATRASADO					
									A SER TRANSFERIDO		A SER DEPOSITADO-HIPC		TOTAL	
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS
1º Trimestre	3 478 284,81	665 138,41	1 546 013,38	298 438,29	538 622,53	240 375,22	1 546 013,38	298 438,29	1 066 842,30	125 182,20	0,00	0,00	1 066 842,30	125 182,20
JANEIRO	2 118 618,48	367 007,38	1 546 013,38	298 438,29	345 278,90	68 569,09	1 546 013,38	298 438,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	66 010,12	169 524,53	0,00	0,00	16 269,92	168 381,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	1 293 656,21	128 606,50	0,00	0,00	177 073,71	3 424,30	0,00	0,00	1 066 842,30	125 182,20	0,00	0,00	1 066 842,30	125 182,20
2º Trimestre	1 822 513,34	733 389,57	1 370 611,24	235 236,84	387 140,69	124 899,11	423 476,45	97 015,28	64 761,41	373 253,62	947 134,79	138 221,56	1 011 896,20	511 475,18
ABRIL	460 223,10	299 808,14	423 476,45	97 015,28	30 808,89	3 958,62	423 476,45	97 015,28	5 937,76	198 834,24	0,00	0,00	5 937,76	198 834,24
MAIO	1 071 626,59	189 565,05	715 294,79	111 145,96	356 331,80	120 940,49	0,00	0,00	0,00	-42 521,40	715 294,79	111 145,96	715 294,79	68 624,56
JUNHO	290 663,65	244 016,38	231 840,00	27 075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	58 823,65	216 940,78	231 840,00	27 075,60	290 663,65	244 016,38
TOTAL SEMESTRE	5 300 798,15	1 398 527,97	2 916 624,62	533 675,12	925 763,22	365 274,33	1 969 489,83	395 453,56	1 131 603,71	498 435,82	947 134,79	138 221,56	2 078 738,50	636 657,38
3º Trimestre	1 995 380,27	333 314,30	1 542 349,76	294 431,44	350 703,09	241 757,46	498 327,52	86 955,65	102 327,42	-202 874,60	1 044 022,24	207 475,79	1 146 349,66	4 601,19
JULHO	1 793 055,55	315 593,00	1 542 349,76	294 431,44	200 737,36	237 795,21	0,00	0,00	49 968,43	-216 633,65	1 542 349,76	294 431,44	1 592 318,19	77 797,79
AGOSTO	52 149,65	14 119,81	0,00	0,00	52 233,35	360,76	498 327,52	86 955,65	-83,70	13 759,05	-498 327,52	-86 955,65	-498 411,22	-73 196,60
SETEMBRO	150 175,07	3 601,49	0,00	0,00	97 732,38	3 601,49	0,00	0,00	52 442,69	0,00	0,00	0,00	52 442,69	0,00
TOTAL ATÉ SETEMBRO	7 296 178,42	1 731 842,27	4 458 974,38	828 106,56	1 276 466,31	607 031,79	2 467 817,35	482 409,21	1 233 931,13	295 561,22	1 991 157,03	345 697,35	3 225 088,16	641 258,57
4º Trimestre	1 805 425,49	1 162 749,56	1 376 762,74	225 277,92	627 525,55	797 416,88	0,00	0,00	-198 862,80	140 055,15	1 376 762,74	225 277,92	1 177 899,93	365 333,07
OUTUBRO	495 984,54	308 530,18	432 433,26	88 280,07	63 551,28	65 206,31	0,00	0,00	0,00	155 043,80	432 433,26	88 280,07	432 433,26	243 323,87
NOVEMBRO	1 077 600,95	818 257,92	712 489,48	109 922,25	365 111,47	709 758,64	0,00	0,00	0,00	-1 422,97	712 489,48	109 922,25	712 489,48	108 499,28
DEZEMBRO	231 840,00	35 961,85	231 840,00	27 075,60	198 862,80	22 451,93	0,00	0,00	-198 862,80	-13 565,68	231 840,00	27 075,60	32 977,20	13 509,92
SOMA ANUAL	9 101 603,90	2 894 592,23	5 835 737,11	1 053 384,48	1 903 991,86	1 404 448,67	2 467 817,35	482 409,21	1 035 068,33	435 616,37	3 367 919,77	570 975,27	4 402 988,09	1 006 591,64
	11 996 196,13		6 889 121,60		3 308 440,54		2 950 226,56		1 470 684,70		3 938 895,04		5 409 579,74	

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

Quadro 8: Resumo de Serviço da Dívida Programada e Realizada por Credores em 2017

SERVIÇO DA DÍVIDA PROGRAMADO E REALIZADO ATÉ DEZEMBRO DE 2017

RESUMO POR CREDORES

CREDORES PERÍODO	PROGRAMA		FUNDO HIPC PREVISTO		TRANSFERIDO		FUNDO HIPC DEPOSITADO		SERVIÇO DA DÍVIDA ATRASADO					
									A SER TRANSFERIDO		A SER DEPOSITADO-HIPC		TOTAL	
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS
BADIFAD	3 117 897,57	1 013 138,93	3 048 535,84	667 160,19	59 373,18	347 094,58	1 526 803,93	335 183,97	9 988,55	-1 115,84	1 521 731,91	331 976,22	1 531 720,46	330 860,37
BADEA	379 697,08	17 648,28	0,00	0,00	379 913,90	17 648,28	0,00	0,00	-216,82	0,00	0,00	0,00	-216,82	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIDA	587 585,23	120 142,52	221 382,34	56 640,99	366 202,89	63 501,53	110 691,17	28 320,50	0,00	0,00	110 691,17	28 320,49	110 691,17	28 320,49
FMI	548 767,49	16 170,79	0,00	0,00	198 862,80	13 565,68	0,00	0,00	23 098,09	1 462,41	0,00	0,00	23 098,09	1 462,41
IDA	2 576 019,11	328 004,97	2 346 392,04	301 606,21	223 689,31	26 398,76	830 322,25	118 904,74	5 937,76	0,00	1 516 069,79	182 701,47	1 522 007,54	182 701,47
OPEC	571 298,00	102 306,59	219 426,90	27 977,10	351 871,10	74 329,49	0,00	0,00	0,00	0,00	219 426,90	27 977,10	219 426,90	27 977,10
ANGOLA	400 000,00	406 087,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400 000,00	406 087,60	0,00	0,00	400 000,00	406 087,60
BRASIL	648 494,10	29 182,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648 494,10	29 182,20	0,00	0,00	648 494,10	29 182,20
PORTUGAL	0,00	806 193,41	0,00	0,00	0,00	806 193,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATRASADOS	271 845,33	55 716,94	0,00	0,00	324 078,68	55 716,94	0,00	0,00	-52 233,35	0,00	0,00	0,00	-52 233,35	0,00
SOMA ANUAL	9 101 603,90	2 894 592,23	5 835 737,11	1 053 384,48	1 903 991,86	1 404 448,67	2 467 817,35	482 409,21	1 035 068,33	435 616,37	3 367 919,77	570 975,27	4 402 988,09	1 006 591,64
	11 996 196,13		6 889 121,60		3 308 440,54		2 950 226,56		1 470 684,70		3 938 895,04		5 409 579,74	

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

V.1. Evolução do Serviço da Dívida

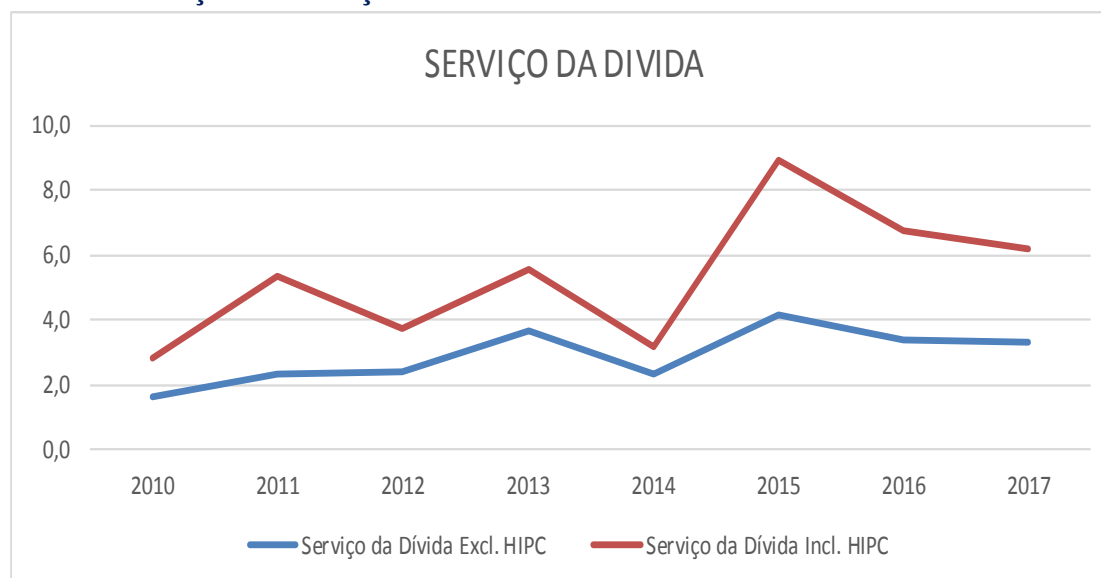
Como se vê no quadro nº9 e no gráfico nº 13 abaixo, em 2017, a tendência das despesas com o serviço da dívida é oscilante mas se considerar o Fundo HIPC a tendência é crescente devido o custo com as novas dívida.

Quadro 9: Evolução do Serviço da Dívida até 2017 (em USD)

PERÍODO	PROGRAMADO HIPC + TRANSF.		FUNDO HIPC					LÍQUIDO TRANSFERIDO			taxa de câmbio médio anual
			PROGRAMADO		DEPÓSITO HIPC						31/dez
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	ATRASADO	CAPITAL	JUROS	ATRASADO	
2009	4 594 226,17	1 380 668,48	3 101 701,72	934 519,44	1 688 530,48	576 507,27	1 771 183,41	1 254 174,45	367 554,79	316 944,25	16 208,450
2010	5 660 802,80	1 641 925,23	4 467 797,04	1 218 967,52	894 704,05	332 655,10	4 459 405,41	1 193 005,70	422 957,70	0,07	18 574,030
2011	6 283 948,61	1 690 885,81	4 573 771,26	1 047 312,42	2 394 861,70	600 426,94	2 625 795,04	1 710 177,35	643 573,39	0,00	17 754,250
2012	6 921 801,65	1 930 116,24	4 799 625,26	1 001 627,65	1 082 551,32	212 805,38	4 505 896,21	1 484 678,80	928 488,60	637 497,58	19 211,430
2013	8 250 366,25	2 305 535,46	5 733 966,49	1 153 774,74	1 549 408,43	343 576,33	4 994 756,47	2 516 399,76	1 151 760,72	0,00	18 595,540
2014	7 721 843,93	2 423 709,78	5 911 959,90	1 185 275,04	594 453,14	206 184,54	6 296 597,26	1 194 704,03	1 163 947,37	689 667,37	20 237,560
2015	8 150 916,60	1 851 197,77	4 438 326,46	849 520,62	4 039 137,88	745 013,29	503 695,91	3 110 798,30	1 038 551,54	564 917,45	22 591,755
2016	8 023 540,6	2 564 356,3	4 346 057,0	783 746,6	2 880 794,1	498 517,4	1 750 492,11	2 447 739,7	939 344,7	2 068 655,90	23 614,035
2017	9 101 603,9	2 894 592,2	5 835 737,1	1 053 384,5	2 467 817,4	482 409,2	3 938 895,03	1 903 991,9	1 404 448,7	2 068 655,90	21 914,000
SOMA ANUAL	64 709 050,52	18 682 987,27	43 208 942,21	9 228 128,53	17 592 258,47	3 998 095,42	30 846 716,86	16 815 669,95	8 060 627,48	6 346 338,52	
	83 392 037,80		52 437 070,74		21 590 353,88		30 846 716,86	24 876 297,44		6 346 338,52	

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

Gráfico 13: Evolução do Serviço da Dívida de 2010 à 2017

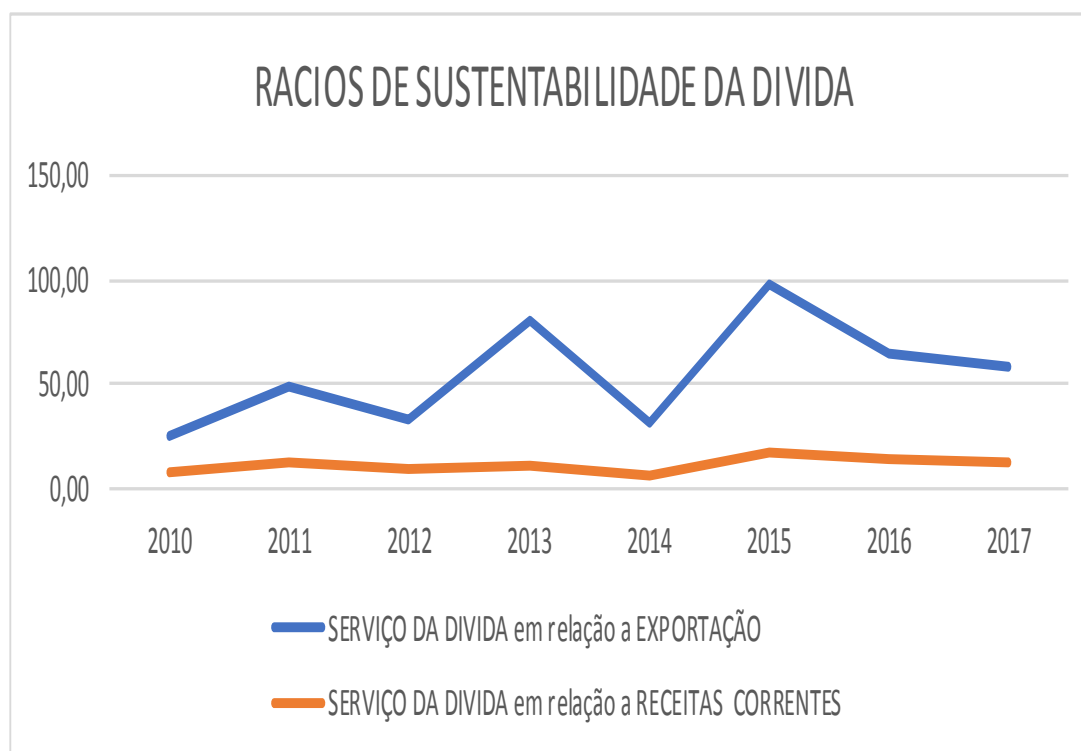


Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

V.2. Sustentabilidade da Dívida

Analizando a carga de liquidez da nossa dívida e comparando-o com os valores limiares verificamos que estamos muito acima dos valores críticos o que pode ser um anúncio de alto risco de sobreendividamento. (ver o gráfico nº 9 que se segue)

Gráfico 14: Evolução do Rácio da Sustentabilidade da Dívida



Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

Quadro 10: Rácio da Sustentabilidade da Dívida - evolução 2010 à 2017

INDICADORES DA DÍVIDA EXTERNA	RÁCIO	PERÍODO								VALOR CRÍTICO		
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	INDICADORES E LIMIARES DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA		
										FORTE	MEDIO	FRACO
CARGA DE LIQUIDEZ	SERVIÇO DA DÍVIDA em relação a EXPORTAÇÃO (%)	26,09	49,07	33,71	80,06	31,17	98,42	64,95	57,98	25%	20%	15%
	SERVIÇO DA DÍVIDA em relação a RECEITAS CORRENTES (%)	7,47	12,56	9,24	10,62	6,10	17,98	14,28	12,29	35%	30%	25%

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

VI. DESEMBOLSOS

Os dados disponíveis⁴ até finais de 2017 demonstram que foram desembolsados durante o período em análise um total de USD 27.133.050,40, dos quais, USD: 11.094.652,11 de financiamento externo e USD: 16.038.398,29 de financiamento interno pela emissão dos Bilhetes do Tesouro. O quadro nº (11), reflecte os desembolsos até o 4º trimestre de 2017, por credores e por projectos. Os credores que mais contribuíram foram Angola USD: 4.499.975,39, BAD/FAD, USD: 2.591.986,28; BADEA: USD: 1.981.777,59 FMI, USD: 1.793.833,01 o financiamento interno (BT), USD: 16.038.398,29. (Vide o quadro abaixo).

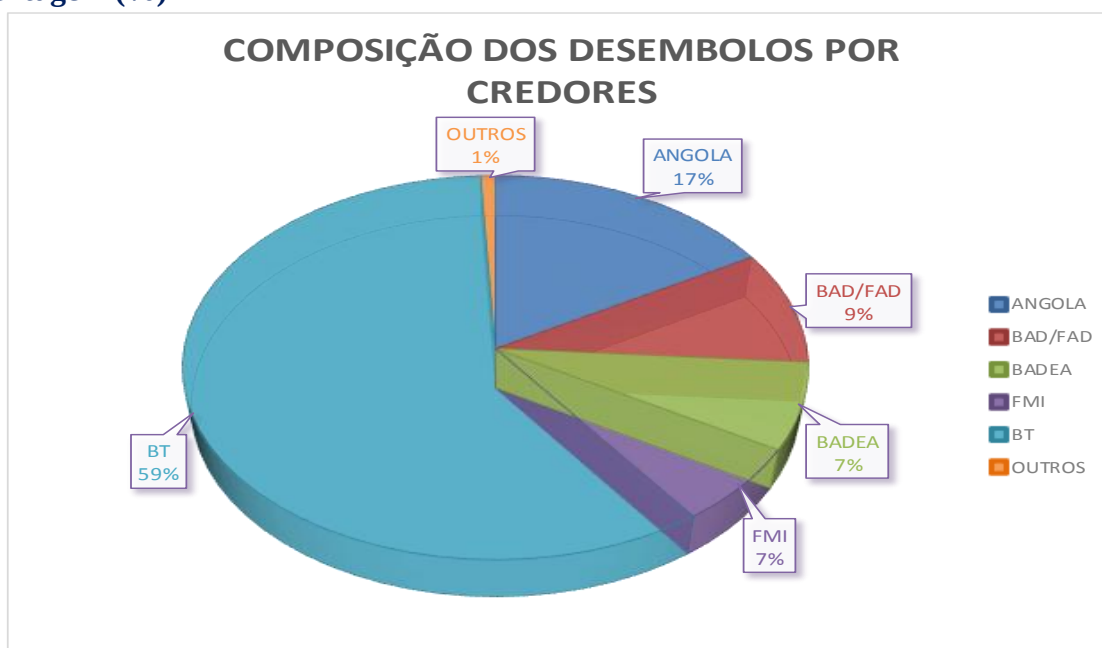
Quadro 11: Desembolsos por Trimestres (em USD)

	Em USD					
	I TRIM.	II TRIM.	I SEMEST.	III TRIM.	IV TRIM.	TOTAL
Multilateral	712 240,34	2 008 114,84	2 720 355,18	842 646,16	2 804 595,54	6 367 596,88
BAD/FAD	29 000,00	1 976 850,44	2 005 850,44	203 736,99	382 398,85	2 591 986,28
IDA	0,00	0,00	-	-	-	0,00
FIDA	0,00	0,00	-	-	-	0,00
OPEC	0,00	0,00	-	-	-	0,00
BEI	0,00	0,00	-	-	-	0,00
BADEA	683 240,34	31 264,40	714 504,74	638 909,17	628 363,68	1 981 777,59
FMI	0,00	0,00	-	-	1 793 833,01	1 793 833,01
Bilateral	0,00	4 499 975,39	4 499 975,39	227 079,84	0,00	4 727 055,23
Clube de Paris	0,00	0,00	0,00	227 079,84	0,00	227 079,84
PORTUGAL	0,00	0,00	-	227 079,84	-	227 079,84
RUSSIA	0,00	0,00	-	-	-	0,00
Não Clube de Paris	0,00	4 499 975,39	4 499 975,39	0,00	0,00	4 499 975,39
ANGOLA	0,00	4 499 975,39	4 499 975,39	-	-	4 499 975,39
ARGELIA	0,00	0,00	-	-	-	0,00
CHINA	0,00	0,00	-	-	-	0,00
NIGERIA	0,00	0,00	-	-	-	0,00
BRASIL	0,00	0,00	-	-	-	0,00
JOGUSLAVIA	0,00	0,00	-	-	-	0,00
GUINÉ EQUAT.	0,00	0,00	-	-	-	0,00
KWAIT	0,00	0,00	-	-	-	0,00
DÍVIDA INTERNA	6 427 532,25	0,00	6 427 532,25	2 361 569,74	7 249 296,29	16 038 398,29
BIL. TESOURO	6 427 532,25	0,00	6 427 532,25	2 361 569,74	7 249 296,29	16 038 398,29
Afriland	363 822,58	0,00	363 822,58	87 465,55	337 176,57	788 464,70
BISTP	3 638 225,80	0,00	3 638 225,80	874 655,46	5 394 825,15	9 907 706,41
BGFI	1 212 741,93	0,00	1 212 741,93	874 655,46	674 353,14	2 761 750,54
Ecobank STP	1 212 741,93	0,00	1 212 741,93	524 793,28	842 941,43	2 580 476,64
TOTAL 2017	7 139 772,59	6 508 090,23	13 647 862,83	3 431 295,74	10 053 891,83	27 133 050,40

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

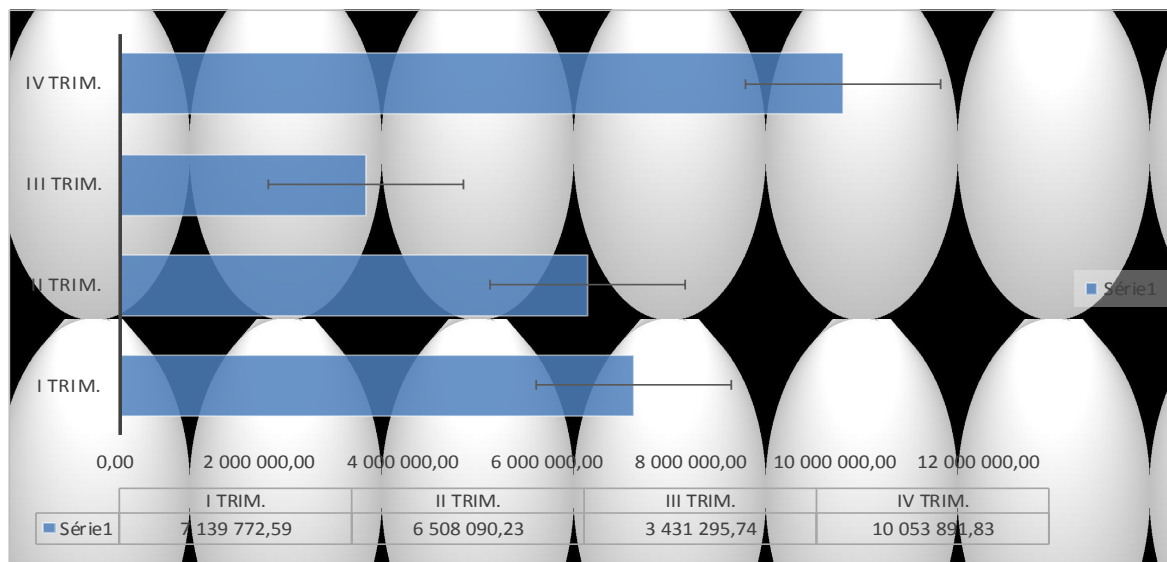
⁴ Dados provisórios sujeitos à actualizações, conforme as chegadas dos justificativos dos desembolsos dos diferentes credores, ao Gabinete da Dívida Pública.

Gráfico 15: Distribuição dos Desembolsos por Diferentes Credores durante 2017 em percentagem (%)



Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

Gráfico 16: Comportamento dos Desembolsos por Credores durante os Trimestres de 2016 (em USD)



Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

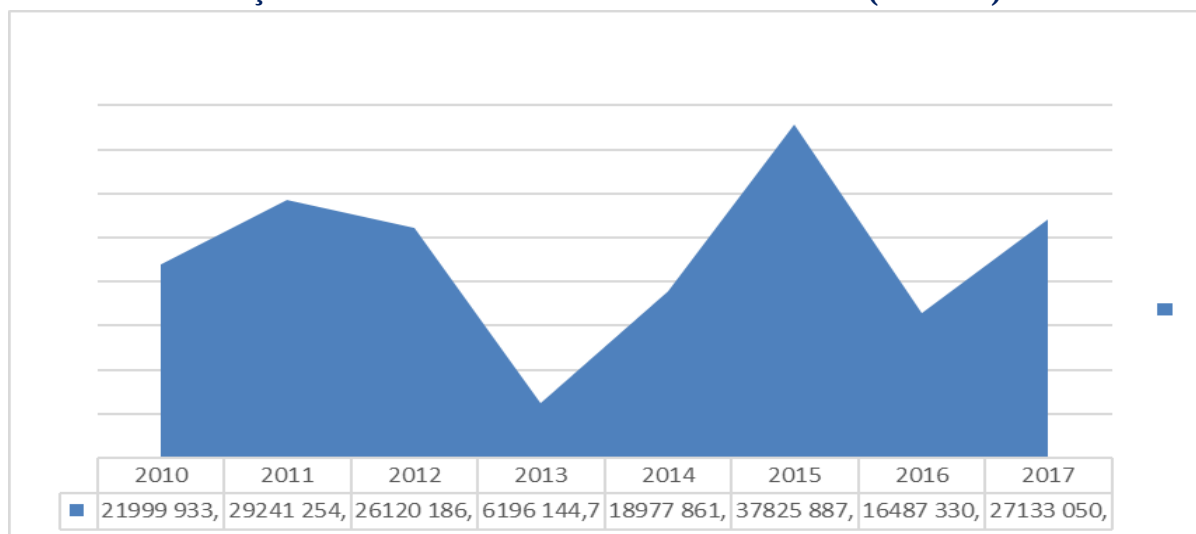
Os gráficos acima (15 e 16), demonstram como foi a distribuição dos desembolsos entre os diferentes credores tanto em milhões de dólares, como em percentagem, durante o período em análise. Claramente se pode observar, o peso da emissão dos BT's na distribuição dos desembolsos, representando assim 59% do total desembolsado durante o período. A seguir

esteve o Credor Angola, BAD/FAD, BADEA e FMI com 17%, 9%, 7%, e 73% respectivamente.

VI.1. Evolução dos Desembolsos

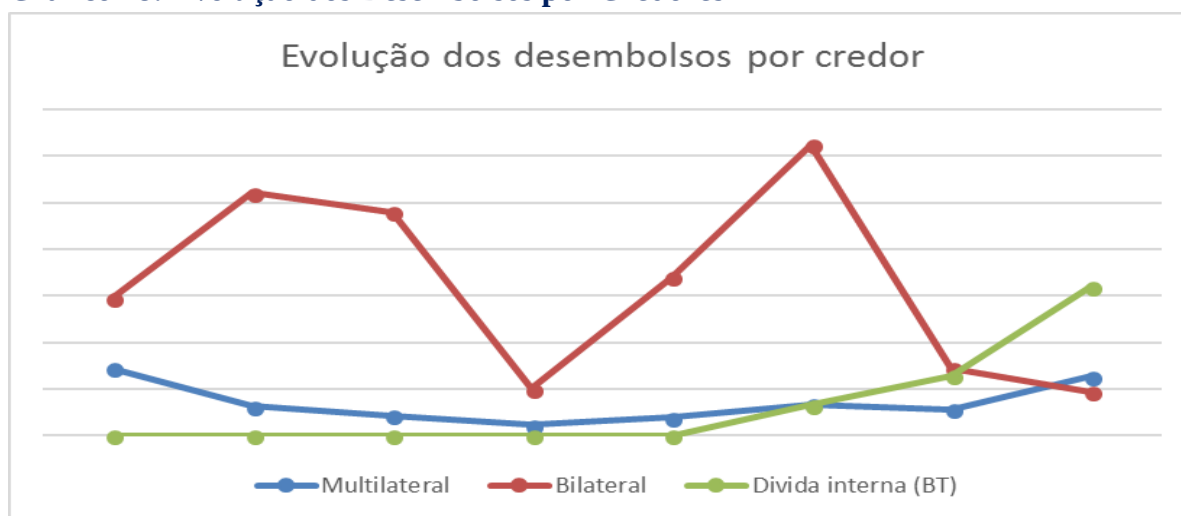
A média dos desembolsos de 2010 à 2017 se situou em cerca de *USD 22.997.706,11* o que representa 49,2%, 42,6% e 228,9% das médias das receitas correntes, receitas fiscais e das receitas das exportações respectivamente.

Gráfico 17: Evolução dos Desembolsos durante de 2010 à 2017 (em USD)



Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

Gráfico 18: Evolução dos Desembolsos por Credores



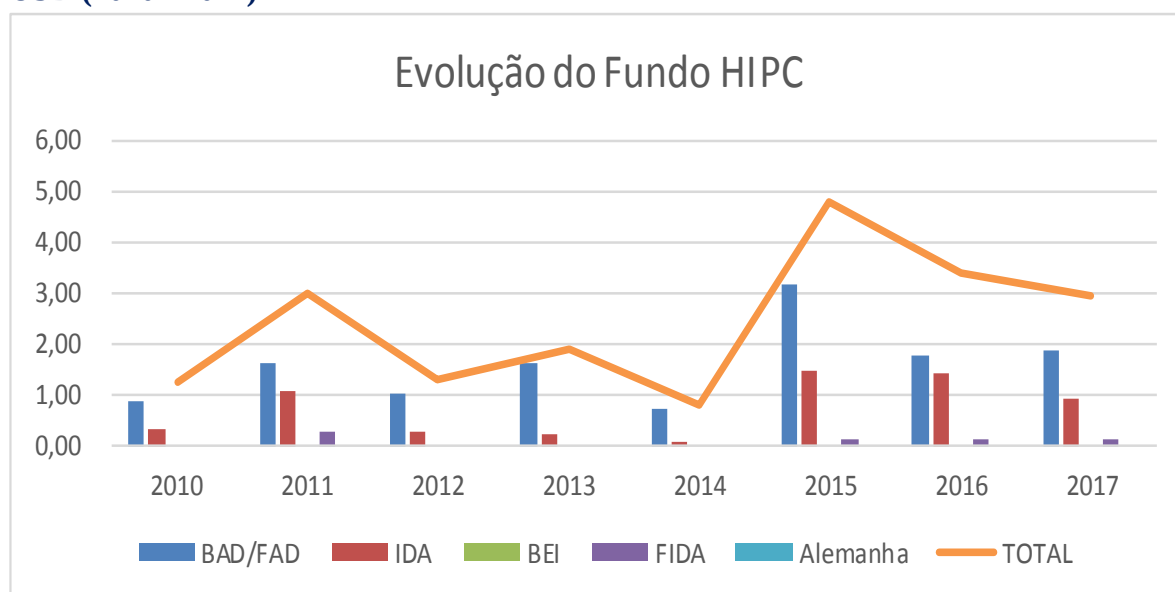
Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

Este gráfico nos permite analisar o comportamento dos desembolsos face participação dos credores

VII. FUNDO HIPC

O Fundo HIPC constituído após o perdão da dívida no quadro da Iniciativa a favor dos países pobres altamente endividados continua representando uma poupança para o país e para OGE em termos de divisa e das receitas próprias, por se tratar de donativos e uma das fontes de financiamento garantida.

Gráfico 19: Evolução do Depósito HIPC em termos do Serviço da Dívida Pública em USD (2010 - 2017)



Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

VIII. DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

O stock inicial da dívida pública interna em 2017, cifrou-se em USD: 30.090.134,45 equivalente a STD 659.395.206.353,19, dos quais USD: 12.417.406,56 ou seja STD: 272.115.047.297,20 de fornecedores externos; USD: 787.527,73 ou seja STD: 17.257.882.679,43 de fornecedores internos e USD. 16.885.200,16 ou seja 370.022.276.376,55 correspondente a emissão de Bilhetes de Tesouro.

Cabe ressaltar que este aumento deveu-se sobretudo pelo adiamento de pagamento dos BT o que será totalmente amortizado no decorrer do 1º trimestre de 2018. Como já se havia referido nos anteriores relatórios, a emissão dos BT's, já é uma realidade, desde 2015, o Governo de São Tomé e Príncipe começou a emissão dos mesmos no mercado interno com um leilão único. Foram emitidos os BT's a favor do Tesouro Público, no montante de STD

72.738.915.784,95, equivalente à USD 3.280.709,90, com prazo de vencimento de 183 dias (6 meses), distribuídos por três instituições financeiras que participaram no leilão do BT's, nomeadamente, BGFI, Afriland First Bank STP e Ecobank. Portanto, o resultado do primeiro lançamento ultrapassou as expectativas face a pronta resposta do mercado financeiro. Foi um sucesso, pois, o Tesouro conseguiu proceder a amortizado atempadamente.

Durante o ano 2016, foram emitidos pela segunda vez os BT's, no montante de STD 146.696.318.525,27, equivalente à USD 6.420.599,59, com prazo de vencimento de (9 meses), distribuídos por três instituições financeiras que participaram no leilão do BT's, nomeadamente, Afriland First Bank, BISTP e Ecobank, tendo sido desta vez o BGFI, substituído pelo BISTP, que por sua vez, arrematou uma grande parte dos BT's, ou seja, cerca de 75%, conforme mostra o quadro do capítulo anterior, referente à dívida interna.

No entanto, devido ao aprovisionamento de caixa insuficiente, o governo não pode amortizar em tempo oportuno os compromissos referentes aos BT's em Novembro de 2016 e, por isso, o vencimento desta segunda emissão foi alargado para Dezembro de 2016.

Vale referir, que após este alargamento da data de vencimento, o Tesouro pode assim honrar com os seus compromissos, o que foi determinante para continuar a garantir a confiança dos mesmos em emissões futuras.

Por isso em 2017 foram emitidos os BT's no montante acima. Para além dessas dívidas, o Tesouro público assumiu-se alguns engajamentos, através de emissão de cartas conforto a favor das empresas públicas, neste caso, EMAE em USD: 3.131.418,91 (STD: 68.600.000.000,00) bem como a Migração Fronteira: USD: 2.926.973,76 (STD: 64.141.702.905,00). Se se consideraria os valores das cartas conforto, a dívida interna passaria a USD: 36.148.527,12. Atendendo que em termos da *Lei-Quadro da Dívida Pública* a carta conforto não constitui garantia do estado, daí que é excluído na contabilização da dívida interna efectiva. Com o pagamento dos BT no 1º trimestre a dívida interna excluindo a carta conforto e os BT passa a USD: 13.204.934,29 ou seja a STD: 289.372.929.976,64.

IX. NOVAS CONTRATAÇÕES

Após o ponto de Conclusão, isto é, de 2007 à 2017, o país teve que recorrer a novos empréstimos externos com diferentes credores tanto multilaterais (FAD, BADEA, BEI, OPEP e KUWAIT FUND) como Bilaterais (*Angola, Belgica, Brasil, China, Guiné Equatorial, Nigéria e Portugal*). Esses empréstimos destinam a desenvolvimentos de projectos nos sectores de segurança alimentar, ordenamento do território, sistema de pagamento, adoção de água potável, Reabilitação de energia, requalificação do hospital Dr. Aires de Menezes, segurança dos transportes marítimos, construção do Polo Administrativo, aquisição de alimentos e apoio ao orçamento em geral. Por razões conhecidas foram acumulados novos atrasados com *Angola, Brasil, Guiné Equatorial e Nigéria*.

Em termos de créditos internos iniciou-se em 2015 a emissão dos *Bilhetes do Tesouro* para financiamento de défice temporário de caixa. Todos estes empréstimos obedeceram critérios mínimos de concessionalidade exigidas por FMI, ou seja, os 35%, a fim de salvaguardar a sustentabilidade da dívida são-tomense e precaver o alto risco de sobreendividamento.

X- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1.-São Tomé e Príncipe tem enveredado para uma melhor pratica de gestão da dívida publica, processo que se pretende consolidar confiando ao Gabinete de Gestão da Dívida o papel de *Front Office* ou pelo menos de participar nas acções de mobilização e negociação dos empréstimos garantindo assim uma melhor transparência nos processos de endividamento publico de acordo com a lei e regulamento em vigor

2.-O adiamento do pagamento da divida interna de 2017 para 2018 teve impacto nos indicadores de custo e risco o que distorce a análise para determinar se está no caminho certo para alcançar os objetivos de gestão da dívida.

3.- Com esse adiamento o objetivo da dívida externa como percentual do total da dívida sofreu uma queda significativa, de 10%, devido ao novo estoque da dívida interna neste ano.

4.-Em termos de recomendações sugere-se que seja incorporado novos financiamentos internos dentro do mix de financiamento para 2018 e 2019, pois supõe-se que a situação registada em 2017 repitirá em 2018 e daí em 2019

5.- As expectativas que estão a ser consideradas é que o financiamento interno é superior a USD \$ 10 milhões por ano em bilhetes de tesouro, a serem emitidos em março e com vencimento de um ano, com uma taxa de juros de 3%, de acordo com as outras emissões .

6.- Para além dos BTs deveria-se se considerar igualmente as Obrigações de Tesouro cujo regulamento para a sua implementação já está em curso. 7.- Com essa mudança na composição das fontes de financiamento deve-se atualizar os valores macroeconômicos para 2018 e daí em diante.

8.- Da mesma maneira deve-se atualizar os objetivos dos diferentes indicadores de custo e risco, para levar em conta o novo mix de financiamento

São Tomé, Maio de 2018.

ANEXOS

ANEXO I-Evolução do Stock da Dívida Pública até Dezembro de 2017

EVOLUÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA ATÉ DEZEMBRO DE 2017										
EM milhões de USD										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Até DEZEMBRO de 2017		
								Total	Atrasado	S/Atrasado
TOTAL	156,4	181,9	228,2	232,4	244,3	274,2	278,9	300,7	115,9	184,8
Mult. + Bilat.	156,4	181,9	205,6	215,5	230,6	261,6	266,7	270,6	115,9	154,7
Multilateral	38,0	42,1	41,0	43,7	41,5	42,4	40,3	42,5	0,0	42,5
BAD/FAD	3,2	2,2	2,1	5,5	5,3	5,2	4,4	6,5	0,0	6,5
IDA	13,4	14,9	14,1	14,0	14,0	13,8	12,3	11,9	0,0	11,9
FIDA	6,5	7,9	8,0	7,7	6,9	6,7	6,4	5,8	0,0	5,8
OPEC	4,0	5,5	4,5	4,1	3,3	2,8	2,4	2,0	0,0	2,0
BEI	1,4	0,9	0,9	0,6	0,3	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	5,1	5,8	5,9	5,8	7,1	9,4	10,4	10,3	0,0	10,3
FMI	4,4	4,9	5,5	6,0	4,6	4,6	4,3	5,9	0,0	5,9
Bilateral	118,5	139,8	164,6	171,8	189,1	219,2	226,4	228,1	115,9	112,2
Clube de Paris	0,8	0,9	1,0	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8	0,0	0,8
ALEMANHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BÉLGICA	0,8	0,9	1,0	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8	0,0	0,8
ESPANHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FRANÇA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RUSSIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não Clube de Paris	117,6	138,9	163,6	170,8	188,0	218,4	225,6	227,3	115,9	111,4
PORTUGAL	13,1	27,3	39,8	47,3	47,3	54,5	57,2	52,4	0,0	52,4
ANGOLA(atrasada)	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	30,6	30,6	0,0
ANGOLA	10,0	10,0	10,0	10,0	27,0	41,0	45,5	50,9	2,9	48,0
ARGELIA	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA	17,0	17,3	17,3	18,6	18,8	18,4	18,4	18,4	18,4	0,0
CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
JUGUSLAVIA **	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	0,0	0,0	0,0
Div. Comercial	25,8	25,8	25,8	24,3	24,3	34,3	34,3	34,3	24,3	10,0
ITALIA **	25,8	25,8	25,8	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	0,0
CHINA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0	0,0	10,0
Div. Curto Prazo	17,7	27,7	39,8	39,8	39,8	39,4	39,4	40,7	39,7	1,0
NIGERIA	10,0	20,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	0,0
BRASIL	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	0,0
ANGOLA(atrasada)	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	4,8	4,8	0,0
GUINÉ EQUATORIAL	0,0	0,0	2,1	2,1	2,1	1,6	1,6	1,7	0,7	1,0
DÍVIDA INTERNA	0,0	0,0	22,6	16,9	13,7	12,6	12,2	30,1	0,0	30,1
Div.c/ Fornecedores	0,0	0,0	22,6	16,9	13,7	12,6	12,2	13,2	0,0	13,2
MSF	0,0	0,0	7,4	6,4	5,4	4,9	4,7	5,0	0,0	5,0
HIDROELECTRICA	0,0	0,0	2,7	2,7	2,5	2,3	2,2	2,5	0,0	2,5
SYNERGY	0,0	0,0	3,6	3,6	4,5	4,5	4,4	4,7	0,0	4,7
OUTROS	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,2
ATRAS. INTERNOS	0,0	0,0	8,7	4,0	1,0	0,8	0,7	0,8	0,0	0,8
B. TESOURO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,9	0,0	16,9
AFRILAND FIRST BA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,8
BSTP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,4	0,0	10,4
BGFIBANK	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0	2,9
ECOBANK	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	0,0	2,7

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

ANEXO II – Composição da Dívida por Fontes de Financiamentos, incluindo Conta HIPC (2006 – 2017)

DESIGNAÇÃO	POR PERÍODOS											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Stock de Dívida Externa	359,5	150,0	110,0	136,0	156,4	181,9	228,2	232,4	243,4	274,1	278,7	292,8
Multilateral	210,5	35,9	30,6	37,0	38,0	42,1	41,0	43,7	41,5	42,4	40,3	44,5
Bilateral	149,0	114,1	79,4	99,0	118,5	139,8	187,2	188,7	201,9	219,2	226,3	217,2
Fornecedores										11,8	11,3	13,3
Atrasados internos										0,7	0,8	0,8
Bilhetes do Tesouro												17,0
Serviço da Dívida Excl. HIPC	7,0	3,3	1,9	1,6	1,6	2,4	2,4	3,7	2,4	4,1	3,4	3,3
Serviço da Dívida Incl. HIPC	10,1	6,5	6,1	3,9	2,8	5,3	3,7	5,6	3,2	8,9	6,8	6,2
Deposito na conta HIPC	3,1	3,1	4,2	2,3	1,2	3,0	1,3	1,9	0,8	4,8	3,4	2,9
Taxa de C. Média Anual	12 448,5	13 536,8	14 695,2	16 208,5	18 574,0	17 754,3	19 211,4	18 595,5	20 237,6	22 591,8	23 614,0	21 914,0

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA

ANEXO III – Estrutura da Dívida Pública

ANEXO III

ESTRUTURA DA DÍVIDA PÚBLICA

Quadro Síntese da Dívida Pública durante os anos 2006 à 2017 em %												
DESIGNAÇÃO	períodos											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Stock de Dívida Externa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Multilateral	0,59	0,24	0,28	0,27	0,24	0,23	0,18	0,19	0,17	0,15	0,14	0,15
Bilateral	0,41	0,76	0,72	0,73	0,76	0,77	0,82	0,81	0,83	0,80	0,81	0,74
Fornecedores										0,04	0,04	0,05
Atrasados internos										0,00	0,00	0,00
Bilhetes do Tesouro												0,06

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA..

ANEXO IV – Serviço da Dívida Pública Programado e Realizado Mensal e Trimestral em 2017

SERVIÇO DA DÍVIDA PROGRAMADO E REALIZADO ATÉ DEZEMBRO DE 2017

REALIZAÇÃO MENSAL E POR TRIMESTRE

Em USD

CREDORES PERÍODO	PROGRAMA		FUNDO HIPC PREVISTO		TRANSFERIDO		FUNDO HIPC DEPOSITADO		SERVIÇO DA DÍVIDA ATRASADO					
									A SER TRANSFERIDO		A SER DEPOSITADO-HIPC		TOTAL	
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS
1º Trimestre	3 478 284,81	665 138,41	1 546 013,38	298 438,29	538 622,53	240 375,22	1 546 013,38	298 438,29	1 066 842,30	125 182,20	0,00	0,00	1 066 842,30	125 182,20
JANEIRO	2 118 618,48	367 007,38	1 546 013,38	298 438,29	345 278,90	68 509,09	1 546 013,38	298 438,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	66 010,12	189 524,53	0,00	0,00	16 269,92	168 381,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	1 293 656,21	128 606,50	0,00	0,00	177 073,71	3 424,30	0,00	0,00	1 066 842,30	125 182,20	0,00	0,00	1 066 842,30	125 182,20
2º Trimestre	1 822 513,34	733 389,57	1 370 611,24	235 236,84	392 571,39	124 899,11	423 476,45	97 015,28	59 330,71	373 253,62	947 134,79	138 221,56	1 006 465,50	511 475,18
ABRIL	460 223,10	299 808,14	423 476,45	97 015,28	36 239,59	3 958,62	423 476,45	97 015,28	507,06	198 834,24	0,00	0,00	507,06	198 834,24
MAIO	1 071 626,59	189 565,05	715 294,79	111 145,96	356 331,80	120 940,49	0,00	0,00	0,00	-42 521,40	715 294,79	111 145,96	715 294,79	68 624,56
JUNHO	290 663,65	244 016,38	231 840,00	27 075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	58 823,65	216 940,78	231 840,00	27 075,60	290 663,65	244 016,38
TOTAL SEMESTRE	5 300 798,15	1 398 527,97	2 916 624,62	533 675,12	931 193,92	365 274,33	1 969 489,83	395 453,56	1 126 173,01	498 435,82	947 134,79	138 221,56	2 073 307,80	636 657,38
3º Trimestre	1 995 380,27	333 314,30	1 542 349,76	294 431,44	582 543,09	268 833,06	498 327,52	86 955,65	-129 512,58	-229 950,20	1 044 022,24	207 475,79	914 509,66	-22 474,41
JULHO	1 793 055,55	315 593,00	1 542 349,76	294 431,44	432 577,36	264 870,81	0,00	0,00	-181 871,57	-243 709,25	1 542 349,76	294 431,44	1 360 478,19	50 722,19
AGOSTO	52 149,65	14 119,81	0,00	0,00	52 233,35	360,76	498 327,52	86 955,65	-83,70	13 759,05	-498 327,52	-86 955,65	-498 411,22	-73 196,60
SETEMBRO	150 175,07	3 601,49	0,00	0,00	97 732,38	3 601,49	0,00	0,00	52 442,69	0,00	0,00	0,00	52 442,69	0,00
TOTAL ATÉ SETEMBRO	7 296 178,42	1 731 842,27	4 458 974,38	828 106,56	1 513 737,01	634 107,39	2 467 817,35	482 409,21	996 660,43	268 485,62	1 991 157,03	345 697,35	2 987 817,46	614 182,97
4º Trimestre	1 805 425,49	1 162 749,96	1 376 762,74	225 277,92	627 525,55	797 416,88	0,00	0,00	-198 862,80	140 055,15	1 376 762,74	225 277,92	1 177 899,93	365 333,07
OUTUBRO	495 984,54	308 530,18	432 433,26	88 280,07	63 551,28	65 206,31	0,00	0,00	0,00	155 043,80	432 433,26	88 280,07	432 433,26	243 323,87
NOVEMBRO	1 077 600,95	818 257,92	712 489,48	109 922,25	365 111,47	709 758,64	0,00	0,00	0,00	-1 422,97	712 489,48	109 922,25	712 489,48	108 499,28
DEZEMBRO	231 840,00	35 961,85	231 840,00	27 075,60	198 862,80	22 451,93	0,00	0,00	-198 862,80	-13 565,68	231 840,00	27 075,60	32 977,20	13 509,92
SOMA ANUAL	9 101 603,90	2 894 592,23	5 835 737,11	1 053 384,48	2 141 262,56	1 431 524,27	2 467 817,35	482 409,21	797 797,63	408 540,77	3 367 919,77	570 975,27	4 165 717,39	979 516,04
	11 996 196,13		6 889 121,60		3 572 786,84		2 950 226,56		1 206 338,40		3 938 895,04		5 145 233,44	

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

ANEXO V - Resumo por Credores em 2017

RESUMO POR CREDORES

CREDORES PERÍODO	PROGRAMA		FUNDO HIPC PREVISTO		TRANSFERIDO		FUNDO HIPC DEPOSITADO		SERVIÇO DA DÍVIDA ATRASADO					
									A SER TRANSFERIDO		A SER DEPOSITADO-HIPC		TOTAL	
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS
BAD/FAD	3 117 897,57	1 013 138,93	3 048 535,84	667 160,19	59 373,18	347 094,58	1 526 803,93	335 183,97	9 988,55	-1 115,84	1 521 731,91	331 976,22	1 531 720,46	330 860,37
BADEA	379 697,08	17 648,28	0,00	0,00	379 913,90	17 648,28	0,00	0,00	-216,82	0,00	0,00	0,00	-216,82	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIDA	587 585,23	120 142,52	221 382,34	56 640,99	366 202,89	63 501,53	110 691,17	28 320,50	0,00	0,00	110 691,17	28 320,49	110 691,17	28 320,49
FMI	548 767,49	16 170,79	0,00	0,00	198 862,80	13 565,68	0,00	0,00	23 098,09	1 462,41	0,00	0,00	23 098,09	1 462,41
IDA	2 576 019,11	328 004,97	2 346 392,04	301 606,21	460 960,01	53 474,36	830 322,25	118 904,74	-231 332,94	-27 075,60	1 516 069,79	182 701,47	1 284 736,84	155 625,87
OPEC	571 298,00	102 306,59	219 426,90	27 977,10	351 871,10	74 329,49	0,00	0,00	0,00	0,00	219 426,90	27 977,10	219 426,90	27 977,10
ANGOLA	400 000,00	406 087,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400 000,00	406 087,60	0,00	0,00	400 000,00	406 087,60
BRASIL	648 494,10	29 182,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648 494,10	29 182,20	0,00	0,00	648 494,10	29 182,20
PORTUGAL	0,00	806 193,41	0,00	0,00	0,00	806 193,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATRASADOS	271 845,33	55 716,94	0,00	0,00	324 078,68	55 716,94	0,00	0,00	-52 233,35	0,00	0,00	0,00	-52 233,35	0,00
SOMA ANUAL	9 101 603,90	2 894 592,23	5 835 737,11	1 053 384,48	2 141 262,56	1 431 524,27	2 467 817,35	482 409,21	797 797,63	408 540,77	3 367 919,77	570 975,27	4 165 717,39	979 516,04
	11 996 196,13		6 889 121,60		3 572 786,84		2 950 226,56		1 206 338,40		3 938 895,04		5 145 233,44	

Observações: Foram retirados os valores de capital (Usd 326.806,60) e juros (Usd 1.142,70) do credor FMI na coluna Transferido, por terem sido transferidos em Dezembro de 2016, apesar de serem compromissos dos meses de

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

ANEXO VI – Serviço da Dívida Realizado Mensal, Trimestral e por Credores

SERVIÇO DA DÍVIDA PROGRAMADO E REALIZADO ATÉ DEZEMBRO DE 2017
REALIZAÇÃO MENSAL E POR CREDORES

Em USD

CREDORES PERÍODO	PROGRAMA		FUNDO HFC PREVISTO		TRANSFERIDO		FUNDO HFC DEPOSITADO		SERVIÇO DA DÍVIDA ATRASADO		SERVIÇO DA DÍVIDA ATRASADO-HFC		TOTAL	
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS
JANEIRO	2 118 618,48	367 007,38	1 546 013,38	298 438,29	345 278,90	68 569,09	1 546 013,38	298 438,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BADIFAD	1 352 975,08	273 905,00	1 351 654,18	273 657,30	1 320,90	247,70	1 351 654,18	273 657,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BADEA	69 565,00	0,00	0,00	0,00	69 565,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FMI	227 326,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IDA	194 359,20	24 780,99	194 359,20	24 780,99	0,00	0,00	194 359,20	24 780,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPEC	108 660,10	13 039,20	0,00	0,00	108 660,10	13 039,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANGOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRASIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PORTUGAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATRASADOS/20	165 732,90	55 282,19	0,00	0,00	165 732,90	55 282,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEBREIRO	66 010,12	169 524,93	0,00	0,00	16 269,92	168 381,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BADIFAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BADEA	0,00	412,87	0,00	0,00	0,00	412,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FMI	49 740,20	1 142,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANGOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BRASIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PORTUGAL	0,00	167 534,21	0,00	0,00	0,00	167 534,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATRASADOS	16 269,92	434,75	0,00	0,00	16 269,92	434,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARÇO	1 293 656,21	128 606,50	0,00	0,00	177 073,71	3 424,30	0,00	0,00	1 066 842,30	125 182,20	0,00	0,00	1 066 842,30	125 182,20
BADIFAD	1 139 040,00	3 424,30	0,00	0,00	6 247,30	3 424,30	0,00	0,00	6 792,10	0,00	0,00	0,00	6 792,10	0,00
BADEA	92 540,00	0,00	0,00	0,00	80 983,90	0,00	0,00	0,00	11 556,10	0,00	0,00	0,00	11 556,10	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FMI	49 740,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANGOLA	400 000,00	96 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400 000,00	96 000,00	0,00	0,00	400 000,00	96 000,00
BRASIL	648 494,10	29 182,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648 494,10	29 182,20	0,00	0,00	648 494,10	29 182,20
PORTUGAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATRASADOS	89 842,51	0,00	0,00	0,00	89 842,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABRIL	460 223,10	299 908,14	423 476,45	97 015,28	36 239,59	3 958,62	423 476,45	97 015,28	507,06	198 834,24	0,00	0,00	507,06	198 834,24
BADIFAD	177 989,40	105 893,58	175 149,75	60 302,98	2 836,89	1 962,82	175 149,75	60 302,98	0,00	43 627,78	0,00	0,00	43 627,78	0,00
BADEA	27 972,00	0,00	0,00	0,00	27 972,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FMI	49 740,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANGOLA	400 000,00	96 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400 000,00	96 000,00	0,00	0,00	400 000,00	96 000,00
BRASIL	648 494,10	29 182,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648 494,10	29 182,20	0,00	0,00	648 494,10	29 182,20
PORTUGAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATRASADOS	89 842,51	0,00	0,00	0,00	89 842,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAIO	1 071 626,59	189 565,05	715 294,79	111 145,96	356 331,80	120 940,49	0,00	0,00	0,00	-42 521,40	715 294,79	111 145,96	715 294,79	68 624,56
BADIFAD	19 431,96	15 192,47	0,00	1 223,79	19 431,96	57 596,55	0,00	0,00	0,00	-43 627,78	0,00	1 223,79	0,00	-42 404,08
BADEA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FMI	291 271,93	59 112,11	110 691,17	28 320,50	180 580,76	30 791,61	0,00	0,00	0,00	110 691,17	28 320,50	110 691,17	28 320,50	0,00
IDA	0,00	1 106,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 106,38	0,00	0,00	1 106,38	0,00
IDA	697 647,20	84 766,82	604 603,62	81 601,76	93 043,58	3 165,06	0,00	0,00	0,00	604 603,62	81 601,76	604 603,62	81 601,76	0,00
OPEC	63 275,50	19 931,80	0,00	0,00	63 275,50	19 931,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANGOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155 043,80	0,00	0,00	155 043,80	0,00
BRASIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PORTUGAL	0,00	9 465,47	0,00	0,00	9 465,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATRASADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUNHO	290 663,65	244 016,38	231 840,00	27 075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	58 823,65	216 940,78	231 840,00	27 075,60	290 663,65	244 016,38
BADIFAD	0,00	200 066,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 066,13	0,00	0,00	200 066,13	0,00
BADEA	0,00	16 874,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 874,65	0,00	0,00	16 874,65	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FMI	58 823,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 823,65	0,00	0,00	0,00	58 823,65	0,00
IDA	231 840,00	27 075,60	231 840,00	27 075,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,					

ANEXO VII - Evolução do Serviço da Dívida período 2009 - 2017

								Em USD			
PERÍODO	PROGRAMADO HIPC + TRANSF.		FUNDO HIPC					LIQUIDO TRANSFERIDO			taxa de cambio medio anual
			PROGRAMADO		DEPOSITO HIPC						31/de
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	ATRASADO	CAPITAL	JUROS	ATRASADO	
2009	4 594 226,17	1 380 668,48	3 101 701,72	934 519,44	1 688 530,48	576 507,27	1 771 183,41	1 254 174,45	367 554,79	316 944,25	16 208,45
2010	5 660 802,80	1 641 925,23	4 467 797,04	1 218 967,52	894 704,05	332 655,10	4 459 405,41	1 193 005,70	422 957,70	0,07	18 574,03
2011	6 283 948,61	1 690 885,81	4 573 771,26	1 047 312,42	2 394 861,70	600 426,94	2 625 795,04	1 710 177,35	643 573,39	0,00	17 754,25
2012	6 921 801,65	1 930 116,24	4 799 625,26	1 001 627,65	1 082 551,32	212 805,38	4 505 896,21	1 484 678,80	928 488,60	637 497,58	19 211,43
2013	8 250 366,25	2 305 535,46	5 733 966,49	1 153 774,74	1 549 408,43	343 576,33	4 994 756,47	2 516 399,76	1 151 760,72	0,00	18 595,54
2014	7 721 843,93	2 423 709,78	5 911 959,90	1 185 275,04	594 453,14	206 184,54	6 296 597,26	1 194 704,03	1 163 947,37	689 667,37	20 237,56
2015	8 150 916,60	1 851 197,77	4 438 326,46	849 520,62	4 039 137,88	745 013,29	503 695,91	3 110 798,30	1 038 551,54	564 917,45	22 591,75
2016	8 023 540,6	2 564 356,3	4 346 057,0	783 746,6	2 880 794,1	498 517,4	1 750 492,11	2 447 739,7	939 344,7	2 068 655,90	23 614,03
2017	9 101 603,9	2 894 592,2	5 835 737,1	1 053 384,5	2 467 817,4	482 409,2	3 938 895,03	10 903 991,9	1 404 448,7	5 402 988,09	21 914,00
SOMA	64 709 050,52	18 682 987,27	43 208 942,21	9 228 128,53	17 592 258,47	3 998 095,42	30 846 716,86	25 815 669,95	8 060 627,48	9 680 670,71	
ANUAL	83 392 037,80		52 437 070,74		21 590 353,88		30 846 716,86	33 876 297,44		9 680 670,71	

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

ANEXO VIII – Evolução do Serviço da Dívida em Dobras

QUADRO RESUMO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EM DOBRAS- STD											
PERÍODO	PROGRAMADO HIPC + TRANSF.		FUNDO HIPC					LIQUIDO TRANSFERIDO			taxa de cambio médio anual
			PROGRAMADO		DEPOSITO HIPC						31/dez
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS	ATRASADO	CAPITAL	JUROS	ATRASADO	
2009	74 465 285 165,14	22 378 496 024,66	50 273 777 243,53	15 147 111 617,27	27 368 461 858,56	9 344 289 260,43	28 708 137 741,81	20 328 223 864,10	5 957 493 435,98	5 137 175 028,91	16 208,450
2010	105 143 921 031,28	30 497 168 479,78	82 984 996 254,87	22 641 139 285,51	16 618 259 865,82	6 178 745 807,05	82 829 129 867,50	22 158 923 661,97	7 856 029 008,53	1 300,18	18 574,030
2011	111 566 794 609,09	30 020 409 392,19	81 203 878 392,86	18 594 246 532,79	42 518 973 337,23	10 660 129 999,50	46 619 021 588,92	30 362 916 216,24	11 426 162 859,41	0,00	17 754,250
2012	132 977 707 872,86	37 080 293 036,62	92 207 664 708,72	19 242 699 484,04	20 797 358 905,59	4 088 295 661,49	86 564 709 625,68	28 522 802 838,68	17 837 593 744,70	12 247 240 133,34	19 211,430
2013	153 420 015 616,53	42 872 676 957,11	106 626 203 223,46	21 455 064 417,92	28 812 086 436,40	6 388 987 387,57	92 880 193 817,40	46 793 812 393,07	21 417 612 539,19	0,00	18 595,540
2014	156 271 279 844,01	49 049 972 183,57	119 643 643 193,84	23 987 074 826,74	12 030 281 087,94	4 172 671 999,32	127 427 764 933,32	24 177 894 489,37	23 555 454 737,22	13 957 184 780,42	20 237,560
2015	184 143 510 852,63	41 821 806 476,39	100 269 583 994,34	19 192 161 714,49	91 251 213 396,18	16 831 157 719,42	11 379 374 593,22	70 278 393 048,02	23 462 701 946,55	12 762 476 625,62	22 591,755
2016	189 468 168 863,24	60 554 798 602,99	102 627 941 405,51	18 507 419 828,67	68 027 173 059,40	11 772 006 269,08	41 336 181 905,69	57 801 011 017,53	22 181 718 708,31	48 849 312 825,56	23 614,035
2017	199 452 547 864,60	63 432 094 128,22	127 884 343 028,54	23 083 867 494,72	54 079 749 407,90	10 571 515 427,94	86 316 945 687,42	238 950 077 620,04	30 777 088 154,38	118 401 081 004,26	21 914,000
SOMA	1 306 909 231 719,38	377 707 715 281,52	863 722 031 445,67	181 850 785 202,13	361 503 557 355,01	80 007 799 531,80	604 061 459 760,98	539 374 055 149,02	164 471 855 134,26	211 354 471 698,29	
ANUAL	1 684 616 947 000,90		1 045 572 816 647,80		441 511 356 886,82		604 061 459 760,98		703 845 910 283,28		211 354 471 698,29

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.

ANEXO IX – Desembolsos por Credores e por Projectos em 2017

Número STP	Número CREDOR	DATA ACORDO	DESIGNAÇÃO, CREDITORES	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Em USD Total até Dezembro de 2017
			TOTAL	358 669,78	247 009,76	6 534 093,05	31 264,40	35 341,79	6 441 484,04	410 284,59	62 959,48	2 730 971,83	7 113 122,61	0,00	1 884 017,26	25 849 218,60
			DESEMBOLSOS EXTERNOS	358 669,78	247 009,76	106 560,80	31 264,40	35 341,79	6 441 484,04	410 284,59	62 959,48	2 730 971,83	7 113 122,61	0,00	1 884 017,26	10 485 173,45
			BAD/FAD	0,00	20 000,00	9 000,00	0,00	35 341,79	1 941 508,65	146 492,55	23 905,25	33 339,19	0,00	0,00	0,00	2 209 587,43
2041		jul/05	Proj. Restituição de Sistema de Pagamento e Inclusão Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	155000319	jul/15	Proj. de Reab. de Infr. Apoio à Seg. Alimentar (PRIASA II)	0,00	20 000,00	9 000,00	0,00	28 750,00	1 897 651,42	127 110,60	23 905,25	33 339,19	0,00	0,00	0,00	2 139 756,46
2039	2100150034646	fev/16	Proj. de Estudo do Plano Nac. de Ordenamento Território STP	0,00	0,00	0,00	0,00	6 591,79	43 857,23	19 381,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69 830,97
			IDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	39020	nov/04	Apoio ao Sector Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	39930	nov/04	Reforço das Capacid. Governação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			OPEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	1219P		Projecto de Abastecimento de Água em São Tomé-Neves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1097	684P	19/fev/97	Água Moreira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	557-ST		PAFFAPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1094	71001	abr/95	Reab. Rede eléctrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			BADEA	358 669,78	227 009,76	97 560,80	31 264,40	0,00	0,00	263 792,04	39 054,23	336 062,90	538 179,46	0,00	90 184,25	1 981 777,62
2007	0282	jul/00	Projecto de Água Potável-Água Clara	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	03/21/2002	nov/02	Reab. Conduta Água Potável-São Tomé	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0648	out/09	Projecto de Reabilitação de Água potável de Neves	159 770,60	227 009,76	21,24	7 217,95	0,00	0,00	1 948,38	39 054,23	11,74	9 146,33	0,00	0,00	444 180,23
2027	0725	set/11	Projecto de Abastecimento de Água Potável em Ribeira Afonso	198 899,18	0,00	97 539,56	24 046,45	0,00	0,00	63 462,31	0,00	336 051,16	529 033,13	0,00	0,00	1 249 031,79
2034	0795	set/14	Projecto de Abastecimento de Água Potável em Santana e Alzê	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198 381,35	0,00	0,00	0,00	0,00	90 184,25	288 565,60
			FMI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 793 833,01	1 793 833,01
2006	STP-PRGF	dez/06	PRGF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		jul/15	ECF (Facilidade de Crédito Alargado)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 793 833,01	1 793 833,01
			OPEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	1219P		Conduta de Água Cidade Neves	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			PORTUGAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			ANGOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 499 975,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 499 975,39
1098			Apoio ao Orçamento Geral do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2032		mai/14	Acordo Quadro de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 499 975,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 499 975,39
			NIGERIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2031			Apoio ao Orçamento Geral do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			BRASIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2029			Apoio à Câmara do Comercio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			BÉLGICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2023			Instalação de um Sistema de Comunicações do Tipo GMDSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			CHINA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2037		jul/15	Const. da Cidade Administrativa e Casas para Func. Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			GUINÉ EQUATORIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2030			Credito a favor do Tesouro Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			KWAIIT FUND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			DESEMBOLSOS INTERNOS				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 361 569,74	6 574 943,15	0,00	0,00	15 364 045,15
			Bilhetes do Tesouro	0,00	0,00	6 427 532,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 361 569,74	6 574 943,15	0,00	0,00	15 364 045,15
BT 08/03/2017			Afriland	-	-	363 822,58	-	-	-	-	-	87 465,55	337 176,57	-	-	788 464,70
BT 08/03/2017			BISTP	-	-	3 638 225,80	-	-	-	-	-	874 655,46	5 394 825,15	-	-	9 907 706,41
BT 08/03/2017			BGFI	-	-	1 212 741,93	-	-	-	-	-	874 655,46	674 353,14	-	-	2 761 750,54
BT 08/03/2017			Exobank STP	-	-	1 212 741,93	-	-	-	-	-	524 793,28	842 941,43	-	-	2 580 476,64

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA

ANEXO X - Desembolso por Credores em 2017

Desembolsos por Credores até DEZEMBRO DE 2017																	
Em USD																	
	Janeiro	Fevereiro	Março	I TRIM.	Abril	Maio	Junho	II TRIM.	1 SEMEST.	Julho	Agosto	Setembro	III TRIM.	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Multilateral	-	20 000,00	304 922,15	324 922,15	31 264,40	35 341,79	1 941 508,65	2 008 114,84	2 333 036,99	146 492,55	23 905,25	33 339,19	203 736,99	-	-	1 793 833,01	4 330 606,99
BAD/FAD	0,00	20 000,00	9 000,00	29 000,00	-	35 341,79	1 941 508,65	1 976 850,44	2 005 850,44	146 492,55	23 905,25	33 339,19	203 736,99	-	-	-	2 209 587,43
IDA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
FIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
OPEC	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
BEI	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
BADEA	0,00	0,00	295 922,15	295 922,15	31 264,40	-	-	31 264,40	327 186,55	-	-	-	-	-	-	-	327 186,55
FMI	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	1 793 833,01	1 793 833,01
Bilateral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 499 975,39	4 499 975,39	4 499 975,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4 499 975,39
Clube de Paris	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
PORTUGAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
RUSSIA	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	-				-				0,00
Não Clube de Paris	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 499 975,39	4 499 975,39	4 499 975,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 499 975,39
ANGOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	4 499 975,39	4 499 975,39	4 499 975,39	-	-	-	-	-	-	-	4 499 975,39
ARGELIA	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	-				-				0,00
CHINA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00
NIGERIA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
BRASIL	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
YUGOSLAVIA	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	-				-				0,00
GUINÉ EQUAT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-				0,00
KWAIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	6 427 532,25	6 427 532,25	0,00	0,00	0,00	0,00	6 427 532,25	0,00	0,00	2 361 569,74	2 361 569,74	6 574 943,15	0,00	0,00	6 574 943,15
BIL. TESOURO	0,00	0,00	6 427 532,25	6 427 532,25	0,00	0,00	0,00	0,00	6 427 532,25	0,00	0,00	2 361 569,74	2 361 569,74	6 574 943,15	-	-	6 574 943,15
Afriland	0,00	0,00	363 822,58	363 822,58	0,00	0,00	0,00	0,00	363 822,58	0,00	0,00	87 465,55	87 465,55	337 176,57	-	-	788 464,70
BISTP	0,00	0,00	3 638 225,80	3 638 225,80	0,00	0,00	0,00	0,00	3 638 225,80	0,00	0,00	874 655,46	874 655,46	5 394 825,15	-	-	9 907 706,41
BGFI	0,00	0,00	1 212 741,93	1 212 741,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1 212 741,93	0,00	0,00	874 655,46	874 655,46	674 353,14	-	-	2 761 750,54
EcoBank STP	0,00	0,00	1 212 741,93	1 212 741,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1 212 741,93	0,00	0,00	524 793,28	524 793,28	842 941,43	-	-	2 580 476,64
TOTAL 2017	-	20 000,00	6 732 454,40	6 752 454,40	31 264,40	35 341,79	6 441 484,04	6 508 090,23	13 260 544,64	146 492,55	23 905,25	2 394 908,93	2 565 306,73	6 574 943,15	-	1 793 833,01	24 194 627,53

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA

ANEXO XI - Evolução dos Desembolsos (2006 – 2017)

Em USD													
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL ACUMULADO
TOTAL	7 797 104,56	4 755 052,70	4 735 826,68	28 821 704,62	21 999 933,59	29 241 254,20	26 120 186,35	6 196 144,70	18 977 861,85	37 825 887,82	16 487 330,00	27 133 050,40	271 712 686,97
Multilateral	3 797 104,56	4 755 052,70	4 735 826,68	3 204 957,87	7 273 715,20	3 190 666,89	2 161 835,95	1 132 437,90	1 969 111,85	3 367 776,31	2 850 068,23	6 367 596,88	86 465 898,80
BAD/FAD	672 916,75	546 003,23	0,00	136 802,57	0,00	124 895,18	111 071,23	0,00	0,00	0,00	882 997,46	2 591 986,28	17 393 840,18
IDA	1 248 543,95	2 088 203,88	1 298 203,79	302 180,30	463 955,56	926 534,36	840 333,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 137 271,83
FIDA	409 842,77	792 218,12	1 005 176,44	1 018 212,23	1 552 652,77	1 573 338,97	396 108,19	0,00	595 626,51	0,00	0,00	0,00	9 061 282,33
OPEC	0,00	0,00	0,00	0,00	167 142,24	298 658,12	99 314,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 462 009,85
BEI	170 634,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 362 704,13
BADEA	60 430,00	88 061,96	1 072 802,34	1 205 427,87	1 378 865,66	267 240,26	156 157,64	4 800,00	1 373 485,34	2 486 652,96	1 426 306,41	1 981 777,59	11 633 781,93
FMI	1 234 737,00	1 240 565,51	1 359 644,11	542 334,90	3 711 098,97	0,00	558 851,61	1 127 637,90	0,00	881 123,35	540 764,36	1 793 833,01	14 415 008,55
Bilateral	4 000 000,00	0,00	0,00	25 616 746,75	14 726 218,39	26 050 587,31	23 958 350,40	5 063 706,80	17 008 750,00	31 177 401,61	7 216 662,18	4 727 055,23	175 545 478,67
Clube de Paris	0,00	0,00	0,00	616 746,75	14 726 218,39	16 050 587,31	13 958 350,40	3 029 884,46	0,00	7 177 401,61	2 716 686,85	227 079,84	58 502 955,61
BELGICA	0,00	0,00	0,00	187 946,35	664 712,17	28 437,75	123 230,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 004 326,52
PORTUGAL	0,00	0,00	0,00	428 800,40	14 061 506,22	16 022 149,56	13 835 120,15	3 029 884,46	0,00	7 177 401,61	2 716 686,85	227 079,84	57 498 629,09
Não Clube de Paris	4 000 000,00	0,00	0,00	25 000 000,00	0,00	10 000 000,00	10 000 000,00	2 033 822,34	17 008 750,00	24 000 000,00	4 499 975,33	4 499 975,39	117 042 523,06
ANGOLA	4 000 000,00	0,00	0,00	10 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 008 750,00	14 000 000,00	4 499 975,33	4 499 975,39	55 008 700,72
BRASIL	0,00	0,00	0,00	5 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000 000,00
CHINA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000 000,00	0,00	0,00	10 000 000,00
NIGERIA	0,00	0,00	0,00	10 000 000,00	0,00	10 000 000,00	10 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 000 000,00
GUINÉ EQUAT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 033 822,34		0,00	0,00	0,00	2 033 822,34
Dívida Interna										3 280 709,59	6 420 599,59	16 038 398,29	9 701 309,50
BILHETE TESOURO										3 280 709,59	6 420 599,59	16 038 398,29	9 701 309,50
TOTAL	7 797 104,56	4 755 052,70	4 735 826,68	28 821 704,62	21 999 933,59	29 241 254,20	26 120 186,35	6 196 144,70	18 977 861,85	37 825 887,82	16 487 330,00	27 133 050,40	262 011 377,47

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA

ANEXO XII - Novas Contratações de 2007 à 2017 após ponto de conclusão

Dívida - código de identificação	Credor	Tipo de Credores	Tipo de crédito	Devedor	Montante Original (Milhões)	OBJECTIVO	Data da assinatura	Moeda	Tipo de taxa de juros - Fixo / Variável	Taxa de Juros / Taxa de Juros de Referência	Spread	Vencimento original (anos)	Vencimento remanescente (anos)	Prazo de carência original (anos)
					15 000 000,0									
2036	FAD/2100150033195	Mult.	Concessional	RDSTP	11 500 000,0	PROJECTO DE APOIO SEGURANÇA ALIMI	15/07/2015	UC	fixo	2,25%		25	25	5
2039	FAD/2100150034646	Mult.	Concessional	RDSTP	2 000 000,0	PLANO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓ	16/02/2016	UC	fixo	2,25%	0	25	25	5
2040	FAD/2100150036993	Mult.	Concessional	RDSTP	1 500 000,0	SISTEMS D EPAGAMENTO " SPAUT"	18/04/2017	UC	fixo	2,25%	0	25	25	5
					15 000 000,0									
2026	BADEA/O648	Mult.	Semi-Concessional	RDSTP	4 000 000,0	AGUA POTAVEL CIDADE DE NEVES	04/10/2009	USD	fixo	0%	0	30	30	15
2027	BADEA/O725	Mult.	Semi-Concessional	RDSTP	3 200 000,0	AGUA POTAVEL CIDADE DE RIBEIRA AFC	23/09/2011	USD	fixo	0%	0	24	24	15
2034	BADEA/O795	Mult.	Semi-Concessional	RDSTP	7 500 000,0	AGUA POTAVEL SANTANA E AGUA IZE	02/09/2014	USD	fixo	1%	0	20	20	10
	BADEA/822	Mult.	Semi-Concessional	RDSTP	7 800 000,0	AGUA CIDADE DA TRINDADE								
					12 000 000,0									
2041	BEI	Mult.	Semi-Concessional	RDSTP	12 000 000,0	REABILITAÇÃO DA REDE ENERGETICA	28/12/2016	EURO	tribor+12	0%	0,0	20	20	5
					1 986 283,49									
2022	OPEP/1219P	Mult.	Semi-Concessional	RDSTP	1 986 283,5	ABASTECIMENTO DE AGUA Conf. BADEA	05/11/2008	USD	fixo	2,25%	0	15	11	5
					5 000 000,0									
2038	KUWAIT FUND	Mult.	Semi-Concessional	RDSTP	5 000 000,0	REQUALIFICAÇÃO DO HOSPITAL CENTR/	22/11/2016	KD	fixo	2,00%	0	24	24	4
					980 000,0									
2023	BELGICA	Bilat.	Semi-Concessional	RDSTP	980 000,0	SEGURANÇA DE TRANSPORTES MARITIM	11/08/2008	EUR	fixo	0	0	20	20	10
					30 000 000,0									
2037	NDI INTERNAC. CHIN	Bilat.	Semi-Concessional	RDSTP	30 000 000,0	CONSTRUÇÃO DE POLO ADMINSTRATIV	20/07/2015	USD	fixo	1%	0	16	16	5
					71 888 603,0									
2024/2028	PORTUGAL	Bilat.	Semi-Concessional	RDSTP	50 000 000,0	LINHA DE CRÉDITO CONCESSIONAL	25/02/2009	EUR	LIBOR	1,89%	0,40%	20	20	10
	PORTUGAL	Bilat.	Semi-Concessional	RDSTP	9 981 386,0	ADENDA A LINHA DE CRÉDITO-PROJECT	31/01/2012	EUR	LIBOR	1,89%	0,00%	20	20	9
2035	PORTUGAL	Bilat.	Semi-Concessional	RDSTP	11 907 217,0	ADENDA (Nº2) A LINHA DE CRÉDITO- GEF	20/05/2015	EUR	fixo	0,15%	0,00%	26	26	15
					50 000 000,0									
2025/2018	ANGOLA	Bilat.	Semi-Concessional	RDSTP	10 000 000,0	LINHA DE CRÉDITO	05/03/2009	USD	fixo	1,00%	0,00%	25	23	6
2032	ANGOLA	Bilat.	Semi-Concessional	RDSTP	40 000 000,0	ACORDO QUADRO DE FINANCIAMENTO	26/05/2014	USD	fixo	1,00%	0,00%	15	15	10
					4 249 983,8									
2029	BRASIL	Bilat.	Semi-Concessional	RDSTP	4 249 983,8	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PRODUTOS	12/12/2007	USD	libor 6M	0,69%	0	7	7	0
					1 524 490,0									
2030	G.EQUAT.	Bilat.	Semi-Concessional	RDSTP	1 524 490,0	APOIO AO ORÇAMENTO	28/12/2012	EUR	libor +2%	1,50%	0	5	3	3
					30 000 000,0									
2031	NIGERIA	Bilat.	Não Concessional	RDSTP	30 000 000,0	APOIO AO ORÇAMENTO	30/07/2009	USD	fixo	0	0	6	0	1
SUBSOMA														
ATRAZADOS EXTERNOS (Após Ponto de Conclusão)									0	0	0	0	0	0
	ANGOLA	BILATERAL	Semi-Concessional	RDSTP	7 640 381,2	ACUMULAÇÃO DOS ATRAZADOS	05/03/2009	USD	fixo	1,00%	0,00%	25	23	6
	BRASIL	BILATERAL	COMERCIAL	RDSTP	4 249 983,8	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PRODUTOS	12/12/2007	USD	libor 6M	0,69%	0	7	7	0
	G.EQUAT.	BILATERAL		RDSTP	1 524 490,2	APOIO ORCAMENTO	28/12/2012	EUR	libor +2%	2,00%	0,00%	10	10	5
	NIGERIA	BILATERAL			30 000 000,0	APOIO ORCAMENTO	30/07/2009	USD	0,0%	0,0%	0,0%	6	0	1
SUBSOMA														
DIVIDA INTERNA					29 235 827	OGE								
	FORNECEDORES EXTER	OGE	OGE	RDSTP	11 318 113,07	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INVESTIDORES	0	USD	0	0	0	0	0	0
	FORNECEDORES INTER	OGE	OGE		917 713,69	EXERCICIO FINDOS		STD	0	0	0	0	0	0
	EMIÇÃO DOS BILHETES DE T	OGE	TESOURO		17 000 000,00	GESTÃO DE PLANO DE CAIXA		STD	0	0	0	0	0	0

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA

ANEXO XIII - Perfil da Dívida e Saldos por Credores em USD

Dívida - código de identificação	Credor	Vencimento original (anos)	Vencimento remanescente (anos)	Prazo de carência original (anos)	Primeiro Desembolso	Último Desembolso	Primeiro Reembolso	Último Reembolso	Saldo atual da dívida em finais 2016 em moeda de Origem	cambio de 31/12/2016 moedas equiv. em USD	Saldo atual da dívida em finais 2016 USD	cambio de 31/12/2016 STD equiv. em USD
1069-1	FAD/2100150000911	40	24	10	15/10/1992	31/12/2005	01/07/2001	01/01/2041	110 261	1,39	153 317,4	23 614,04
2004-1	FAD/2100150000916	40	33	10	28/05/1997	31/12/2002	03/06/2010	01/04/2048	368 230	1,39	512 023,8	23 614,04
2008	FAD/2100150000915	40	31	10	20/07/2000	31/12/2006	01/10/1998	01/04/2048	660 510	1,39	918 439,2	23 614,04
2015	FAD/2100150007073	40	32	10	08/12/2000	30/12/2006	01/09/2010	01/03/2050	2 700 920	1,39	3 755 629,3	23 614,04
2036	FAD/2100150033195	25	25	5	0,00	0,00	31/12/2020	31/12/2045	604 805	1,39	840 981,8	23 614,04
2039	FAD/2100150034646	25	25	5	42709,00		01/06/2021	01/12/2046	34 990	1,39	48 654,0	23 614,04
2040	FAD/2100150036993	25	25	5	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00
2003	BADEA/268	25	2,5	10			15/07/2020	15/07/2045	462 700	1,00	462 700,0	23 614,04
2007	BADEA/O282	23	21	10	13/12/2004	28/12/2011	16/02/2021	16/02/2046	2 903 460	1,00	2 903 459,6	23 614,04
2017	BADEA/335	24	21	11	13/09/2005	16/01/2009	01/10/2016	01/04/2040	1 314 684	1,00	1 314 684,0	23 614,04
2026	BADEA/O648	30	30	15	08/05/2012	31/12/2011	01/06/27	01/12/2056	2 791 781	1,00	2 791 780,9	23 614,04
2027	BADEA/O725	30	30	15	18/02/2004	30/06/2009	01/10/2016	01/04/2040	1 482 413	1,00	1 482 413,4	23 614,04
2034	BADEA/O795	20	20	10		30/06/2019	04/10/2024	04/10/2044	0	1,00	0,0	23 614,04
2041	BEI	20	20	5	0	0	28/12/2021	28/12/2041	0	1,06	0,0	23 614,04
2023	BELGICA	20	20	10	14/12/2009		31/12/2019	31/12/2038	781 926	1,06	825 322,5	23 614,04
2037	CHINA-FUNDO INTERNACI	16	16	5	04/08/2015		04/02/2020	20/02/2036	10 000 000		10 000 000,0	23 614,04
2012	FIDA/557.ST	40	34	10	17/06/2003	13/11/2014	15/05/2011	15/11/2040	6 346 364	1,34	8 531 417,2	23 614,04
2009	IDA/3428A	40	33	10	04/08/2015		15/04/2011	15/10/2040	1 672 012	1,34	2 247 685,7	23 614,04
2010	IDA3429	40	34	10	21/02/2011	31/12/2004	15/04/2011	15/10/2040	390 697	1,34	525 213,4	23 614,04
2019	IDA-39020	40	37	10	15/12/2004	31/12/2011	01/11/2014	01/05/2044	3 230 000	1,34	4 342 089,0	23 614,04
2020	IDA/Q4370/39930	40	37	10	03/02/2005	30/09/2010	01/11/2014	01/05/2044	3 324 988	1,34	4 469 781,6	23 614,04
2013	OPEP/883H	15	7	5	14/03/2003	21/06/2005	30/07/2007	15/08/2021	1 166 800	1,00	1 166 800,0	23 614,04
2022	OPEP/1219P	15	11	5	09/02/2010	13/01/2012	15/11/2013	15/05/2033	1543355,0	1,00	1 543 355,0	23 614,04
2024/	PORTUGAL	20	20	10	23/11/2009	09/11/2012	25/02/2019	25/02/2039	28 093 721	1,06	29 652 922,7	23 614,04
2028	PORTUGAL	20	20	9	22/08/2011	18/10/2016	22/02/2022	22/02/2041	9 847 450	1,06	10 393 983,0	23 614,04
2035	PORTUGAL	26	26	15	25/05/2015	30/12/2016	20/11/2030	20/05/2056	11 714 416	1,06	12 364 566,3	23 614,04
2025/20	ANGOLA	25	23	6	17/04/2009	11/11/2009	10/09/2015	10/03/2039	10 000 000	1,00	10 000 000,0	23 614,04
2032	ANGOLA	15	15	10	10/04/2014	21/06/2016	26/05/2014	26/05/2039	35 508 725	1,00	35 508 725,0	23 614,04
2029	BRASIL	7	7	0	14/04/2014		31/01/2011	31/01/2017	637 496	1,00	637 495,6	23 614,04
2030	G.EQUAT.	5	3	10					1 524 490		0,0	23 614,04
2031	NIGERIA	25	25	10					30 000 000	1,00	30 000 000,0	23 614,04
ATRASADOS			30	10			01/04/2021	01/10/2040	76 900 000		0,0	23 614,04
	ANGOLA								25 400 000	1,00	25 400 000	23 614,04
1062	CHINA								18 400 000	1,00	18 400 000	23 614,04
	YUGOSLAVIA								8 800 000	1,00	8 800 000	23 614,04
	ITÁLIA								24 300 000	1,00	24 300 000	23 614,04
DÍVIDA INTERNA									12 235 827			
	FORNECEDORES EXTER	0	0	0	0	0	0	0	11 318 113	1,00	11 318 113,1	23 614,04
	FORNECEDORES INTER	0	0	0	0	0	0	0	917 714	1,00	917 713,7	23 614,04
	EMIÇÃO DOS BILHETES D	0	0	0	0	0	0	0	0	1,00	0,0	23 614,04
	NOVOS ATRASADOS EXTE	0	0	0	0	0	0	0	0	1,00	0,0	23 614,04
	ANGOLA	0	0	0	0	0	0	0	7 640 380	1,00	7 640 379,7	23 614,04
	BRASIL	0	0	0	0	0	0	0	3 612 486,2	1,00	3 612 486,2	23 614,04
											277 782 133,0	

Fonte: Gabinete de Gestão e Seguimento da Dívida Pública, MFCEA.